



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 032

SEXTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 9ª SESSÃO, EM 24 DE MARÇO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR ALBANO FRANCO, pela Liderança do PMDB — Presidencialismo. Adoção de urgentes medidas econômicas.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder do PSB — Extinção da URP. Avaliação após um ano de intervenção do Banco Central no Banerj.

SENADOR JOÃO MENEZES, como Líder do PFL — Comentários sobre o discurso do Senador Albano Franco, feito na presente sessão.

SENADOR AFONSO ARINOS — Discórdância do ponto de vista expendido pelo Senador João Menezes que o antecedeu na tribuna.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de lei do Senado nº 12/88, de autoria do Sr. Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a obrigatoriedade da existência e funcionamento das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar nos hospitais do País.

1.2.3 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Justificando o Projeto de Lei do Senado nº 12/88, lido anteriormente, que dispõe sobre a obrigatoriedade da existência e funcionamento das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar nos hospitais do País.

SENADOR MÁRIO MAIA — Programa de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais sobre o Mal de Chagas.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Concretização do projeto de construção de novo

hospital especializado na pesquisa e tratamento do aparelho locomotor na cidade de Salvador — BA.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Encerramento da sessão por falta de **quorum** para o seu prosseguimento, e convocação de sessão extraordinária a realizar-se terça-feira, dia 29, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 11, DE 1988

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 9ª Sessão, em 24 de março de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Dirceu Carneiro.

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bêzerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel

— Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edilson Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira

— Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS, PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Correa — Melra Filho — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Não há Expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco, pela Liderança do PMDB.

O SR. ALBANO FRANCO (PMDB — SE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou o presidencialismo e o mandato de cinco anos para os próximos Presidentes desta República.

Acompanhando a Representação nacional, este foi, também, o meu voto. Através dele, representei minha consciência.

O resultado da votação agradou ao Presidente José Sarney que, como todos sabem, lutou para preservar o sistema de governo e o seu próprio mandato.

Acredito, assim, que meu voto tenha contribuído para a mudança da postura de Sua Excelência no enfrentamento dos graves problemas nacionais, voto que dei, repetindo, expressando minha consciência e a de meus Companheiros de Bancada do PMDB de Sergipe e da Confederação Nacional da Indústria.

Mas, ao mesmo tempo em que votei dessa maneira, minha consciência e meus Companheiros insistem que agora é a hora de cobrar resultados firmes do Governo do Senhor José Sarney.

Como Constituinte, ouço o anseio de vários companheiros Constituintes preocupados com a situação e que querem medidas enérgicas.

Demos-lhe o presidencialismo. Com isso, o Presidente Sarney terá quase 2 anos de mandato a cumprir. É tempo suficiente para acertar a economia. Até aqui, o Presidente Sarney alegou não ter apoio político, e não poder agir na área econômica por não ter, sequer, definidos o sistema de governo e o mandato presidencial. Agora Sua Excelência não tem mais desculpas. Estou aqui trazendo a voz ansiosa do empresariado industrial. Queremos investir, queremos trabalhar, queremos gerar empregos, e queremos produzir para o povo brasileiro. Nada disso pode ser feito nesta babel econômica.

Não estou aqui para diagnosticar a economia nem para apresentar sugestões — pois isso já o fiz à exaustão. Estou aqui especificamente para cobrar ação do Presidente José Sarney, com toda a força de quem quer produzir e com toda a justificativa de quem lhe deu um voto de confiança.

Sim, estou aqui para cobrar um programa de estabilização econômica, para ser executado nestes próximos dois anos. Sinto-me com direito de cobrar isto. O Presidente José Sarney tem agora uma obrigação moral de atender a este pleito. E esta será a minha conduta daqui para a frente. O Presidente José Sarney nos deve um programa de estabilização econômica imediatamente.

Mas isso não é para daqui a um mês ou dois quando discutiremos novamente a questão da duração de seu mandato. É para já. Já! Chego a estranhar que até o momento o Presidente José Sarney não tenha convocado as lideranças econômicas para expor e discutir esse plano.

A situação exige rapidez de decisão, o que me faz pasmado com as notícias da imprensa de que o Governo não tem pressa. Com a inflação que ameaça disparar e uma recessão que ameaça chegar, como não ter pressa?

O Sr. João Menezes — Nobre Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador João Menezes.

O Sr. João Menezes — Eminentíssimo Senador Albano Franco, V. Ex^a tem sido nesta Casa um grande defensor da classe a que pertence, mas estranho que V. Ex^a inicie o seu discurso cobrando a ação do Presidente da República. V. Ex^a não precisa cobrar essa ação do Presidente da República, porque Sua Excelência saberá, no momento

exato, tomar as medidas e as providências convenientes aos interesses do País. Sabe V. Ex^a que talvez o Presidente mais democrático que já tivemos é Sua Excelência José Sarney, que sempre procurou reunir todas as classes sociais, e o que conseguiu? Há sempre a disputa, a discórdia, e nunca se chega a um denominador comum. Penso que temos que passar deste período de cobrança e temos que trabalhar com denodo, cada um contribuindo com a sua cota de sacrifício, não só as classes produtoras como todas as outras classes sociais deste País. Não é possível se cobrar apenas ações que venham trazer benefícios à classe produtora. Sei que V. Ex^a não está fazendo discurso neste sentido, mas é importante que agora se diga. As classes produtoras têm que se comprometer, também, do papel que representam na conjuntura atual. O que temos visto, durante todo este tempo, é uma desordem também entre as classes produtoras, que fazem reclamações, mas nunca chegam a um ponto positivo. As lideranças também se contradizem entre si. Então, o de que precisamos agora? É de um pouco de sossego e tranquilidade. Fique V. Ex^a consciente de que o Presidente José Sarney para agir não precisará da cobrança de V. Ex^a ou de quem quer que seja. Sua Excelência saberá, no momento oportuno, apresentar as medidas que, estou certo, virão beneficiar todas as classes do Brasil, e deverão beneficiar, sobretudo, a produção, que está realmente parada, por motivos óbvios. Essas classes preferem, ao invés de trabalhar na produção, jogar no papel. Assim temos que mudar esta mentalidade, temos que sair do papel para passar a produzir. Sei que V. Ex^a será um defensor dessas teses, como também acredita nas posições do Presidente José Sarney, que sempre recebe V. Ex^a com o maior apreço e com a maior atenção. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALBANO FRANCO — Agradeço ao nobre Senador João Menezes o aparte. Mas é mister ressaltar, nesta oportunidade, que infelizmente os fatos não confirmam a assertiva de V. Ex^a, porque realmente eu, como Senador, estou refletindo o desejo de todos os segmentos sociais que desejam uma posição clara, com diretrizes definitivas e duradouras. E posso até dizer a V. Ex^a, nobre Senador João Menezes, se hoje grande parcela da sociedade está optando pelo cassino financeiro, pelo investimento financeiro, é em de-

corrência da própria estratégia econômico-financeira do Governo. Por isso, estamos a exigir, a cobrar, de Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney um programa de estabilização econômica.

Posso também dizer a V. Ex^a, nobre Senador João Menezes e aos demais Senadores aqui presentes, que a classe industrial brasileira não se tem negado a colaborar e a contribuir, não só com o Governo como também, através do entendimento e do diálogo franco, leal e sincero, como as classes sindicais brasileiras. Na próxima semana mesmo, nós, Presidentes das Confederações do País, estaremos reunidos, discutindo — porque, inclusive fomos solicitados para isso — com os que fazem as lideranças sindicais do País, como a CUT, a CGT e outras entidades.

O Sr. Afonso Camargo — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Afonso Camargo.

O Sr. Afonso Camargo — Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, aproveito a oportunidade para cumprimentar V. Ex^a pelo fato de estar fazendo uma cobrança. Exatamente por isso. Hoje, o Poder Legislativo no País é um Poder que não goza de bons índices de prestígio junto à opinião pública, exatamente porque não estamos exercendo aquela função principal do Poder Legislativo, que, além de legislar e fiscalizar, é representar. V. Ex^a, aqui, representa o povo de Sergipe, não está apenas como Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Seu povo, provavelmente, não está satisfeito com a inflação de 16,17%. V. Ex^a está cobrando, como todos devemos cobrar. É com isso que vamos conseguir diminuir e, se possível, eliminar esse clima de absoluta insegurança vivido no País. O País quer comando! Como V. Ex^a, não jogamos no quanto pior, melhor, por isso cobramos. Se quiséssemos que o Governo fosse mal, fosse cada vez pior, se pregássemos luta de classes, se quiséssemos alguma insurreição armada no País, não estaríamos cobrando. Cumprimento V. Ex^a, porque a cobrança é uma atitude absolutamente positiva neste momento de crise nacional.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Afonso Camargo, o aparte de V. Ex^a vem engrandecer o nosso pronunciamento, porque, efetivamente, cabe a nós, como representantes da sociedade — eu como Representante do povo do meu Estado, aqui, nesta Casa — fazer a cobrança, principalmente agora quando o Presidente José Sarney dispõe daquilo que S. Ex^a diz que tanto necessitava, que era a definição do mandato e a definição do sistema de governo.

Sim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, julgamos estar em posição de cobrar mais ação, muito mais ação. Afinal, S. Ex^a o Presidente José Sarney recebeu um voto de confiança da Assembléia Nacional Constituinte. Agora é a sua vez de mostrar serviço. S. Ex^a obteve o que queria. Agora é hora de mostrar o que fará para completar seus desejos, recebendo os 5 anos da mesma Assembléia. Mas o Presidente José Sarney, V. Ex^a já perdeu muito tempo e extraordinárias oportunidades para proteger a economia de mercado e o próprio setor estatal.

Neste sentido, foi inaceitável o desinteresse do Governo Sarney pelas centenas de lutas travadas na Assembléia Nacional Constituinte a respeito dos direitos sociais. Ali foram aprovadas medidas que terão um impacto devastador nas empresas estatais — e sobre os quais não se viu nem a presença e muito menos a preocupação do Governo Central pela matéria ali discutida.

Este, por exemplo, foi o caso do turno de seis horas, que afeta brutalmente o custo de produção das indústrias de base, especialmente as do Governo.

Por isso, Senhor Presidente Sarney, para o futuro desta Nação, as decisões sobre a economia, as relações de trabalho, o sistema tributário e tantos outros são muito mais importantes do que o próprio sistema e o mandato presidencial.

O Sr. Jamil Haddad — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Jamil Haddad.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador Albano Franco, congratulo-me com V. Ex^a pelo brilhante discurso que faz nesta Casa. V. Ex^a, que representa o setor da indústria e é um senador da República representando o seu Estado, com toda a clareza coloca suas posições, neste momento, da tribuna do Senado. Causou-me estranheza uma matéria publicada, hoje, no Jornal do Brasil, onde o Presidente da FIESP, Sr. Mário Amato, teria comparecido como empresário não nominado no Rio de Janeiro, para solicitar ao Presidente Geisel — porque havia a informação de que os ministros militares não aceitariam os quatro anos e não aceitariam, na realidade, o regime parlamentarista — que assumisse, num momento de crise, novamente a Presidência da República, em mais um golpe programado contra as instituições democráticas. Sr. Presidente, esta notícia merece ser desmentida, porque V. Ex^a, Senador Albano Franco, com toda clareza vem à tribuna do Senado, se pronuncia nos jornais a respeito das posições da Confederação Nacional da Indústria, mas o Sr. Mário Amato, ontem a favor do regime democrático e hoje a favor de golpes, não pode representar, na realidade, o empresariado paulista, que é o maior empresariado e que mais emprego dá neste País. Neste momento, congratulo-me com V. Ex^a pela justeza de suas colocações. V. Ex^a sabe, como industrial que é, se não houver um clima de melhoria das condições sociais deste País, aí será o caos total, com consequências imprevisíveis, que talvez um golpe militar resolva que pronuncia e pela cobrança de quem pode cobrar, porque nunca foi Oposição como nós nesta Casa, sistematicamente.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Jamil Haddad, as palavras de V. Ex^a vêm valorizar o nosso pronunciamento na manhã de hoje no Senado da República.

Aproveito a oportunidade para dizer que não li, na imprensa, as notícias a que V. Ex^a se referiu, mas não tenho dúvida de que o companheiro Mário Amato terá de desmentir-las.

Acrescento, para que conste dos Anais do Senado e para conhecimento dos meus Colegas Senadores, que, há quinze dias, interessado num entendimento amplo, por reconhecer que somen-

te através dele poderemos sair com mais facilidade, da situação grave em que vive o País e enfrentar os obstáculos, estive conversando, em companhia do maior industrial do País, Sr. Antônio Ermírio de Moraes, não só com ministros militares, como também com os Líderes mais importantes da Assembléia Nacional Constituinte. Nosso objetivo era promover o entendimento entre o Poder Legislativo e o Palácio do Congresso, no sentido do parlamentarismo com dois anos, o que não foi possível, infelizmente, por razões que todos os Srs. Senadores já sabem.

Aproveitando o aparte de V. Ex^a, Senador Jamil Haddad, lembro que, no meu discurso de posse, para o primeiro mandato, na Conferência Nacional da Indústria, dizia que existe no País a necessidade de um pacto de sobrevivência entre o empresariado e a democracia.

O Sr. Nabor Júnior — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior — Senador Albano Franco, todos estamos conscientes da crise econômico-financeira e política por que atravessamos o nosso País. Creio que, neste momento de dificuldades, todos temos a responsabilidade, para com o País, de contribuir, visando a sua superação. Mais do que a classe trabalhadora, que vive extremamente de salários, a classe empresarial tem uma responsabilidade muito maior nessa atribuição que devemos emprestar ao Governo, para que possamos superar essas dificuldades que o País atravessa. Constatamos, com muita tristeza, muitas vezes a classe empresarial não compreende o grau de dificuldade que estamos vivendo, porque, pela simples divulgação de um preço, como sói ser o problema do congelamento de preços dos produtos, posto em prática duas vezes na administração dos Ministros Dilson Amaro e Bresser Pereira, faz com que os empresários dobrem imediatamente os preços dos produtos. Tanto assim que, muitas vezes, quando se vai obter determinada mercadoria em qualquer empresa deste País, quer seja aqui em Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro, eles cobram pelo dobro do preço e dão um abatimento de 50% na nota fiscal, já prevendo um posterior congelamento do preço. E o Governo reiteradamente desmentindo isso. Ainda hoje, através de noticiário da imprensa, que o Ministro da Fazenda desmentiu a intenção de congelamento de preço, mas os produtos continuam subindo de maneira vertiginosa diariamente. Essa política de congelamento de preços com a vigilância do Governo não tem dado certo. Tanto assim que os aumentos estão subindo muito além da inflação, o preço dos automóveis estão subindo acima da inflação, a anuidade dos estabelecimentos de ensino, que o Governo, recentemente, através de um decreto, liberou, para que passasse a ser cobrada pelo Ministério da Educação, está subindo em torno de 200% de um mês para o outro. Então, é preciso também que as classes empresariais, entre as quais eu me incluo, porque também sou empresário, examinem essa situação e colaborem com o Governo, não agravando ainda mais essa crise econômica que aí está e que é extremamente responsável pela crise política que atravessamos. Então,

a esta altura, todos nós devemos colaborar com o Governo, porque o Governo sozinho não vai resolver essa crise, não vai conjurar essas dificuldades todas. Precisa haver uma compreensão maior das classes empresariais, das classes trabalhadoras, dos partidos políticos e também dos funcionários, de um modo geral. Critica-se o Governo porque quer reformular a política salarial do funcionário público, mas, ao mesmo tempo, critica-se o Governo na hora em que quer adotar medidas para superar o déficit público, na hora em que pensa em retirar, por exemplo, os subsídios. Os empresários são os primeiros a criticar o Governo na hora em que ele está tentando retirar os subsídios para reduzir o déficit público, bem como quando pretende abaixar os juros, pois eles têm, nas aplicações financeiras, a sua principal fonte de receita. Portanto, é preciso que haja realmente uma compreensão da parte de todos nós, porque o Governo sozinho — repito — não vai, absolutamente, resolver essa crise que estamos atravessando no presente momento em nosso País.

O SR. ALBANO FRANCO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Nabor Júnior, o seu aparte. Eu o ouvi com toda atenção e posso afirmar — e V. Ex^a sabe, com a experiência de homem público que possui — que, em todas as categorias, em todos os segmentos sociais, existem as suas exceções. É claro que pode haver determinados empresários no País que podem, emergencialmente, aproveitar de situação para remarcar os seus preços, mas a classe industrial brasileira tem sido sensível à solicitação do entendimento proposto pelo Governo e tem cumprido, normalmente, todas as diretrizes formuladas pelo Governo. V. Ex^a, também, no seu aparte diz que nenhum industrial, neste País, até hoje reclamou ou pediu para que não baixem os juros. Realmente, uma das maiores reivindicações que tem feito a Confederação Nacional da Indústria, sob a nossa administração, é no tocante à questão das taxas de juros. Posso dizer a V. Ex^a, nobre Senador Nabor Júnior, e aos demais Colegas aqui presentes, hoje o custo financeiro onera muito mais as empresas do País do que as folhas de pagamento. Efetivamente, a indústria, de forma alguma, nunca desejou que continuassem essas elevadíssimas taxas de juros, que, todos sabemos, é decorrência da própria política econômico-financeira do Governo.

Ainda aproveito o ensejo, nobre Senador Nabor Júnior, para dizer que a classe industrial brasileira estará sempre disposta a contribuir com o Governo, como também com os nossos sócios principais, que são os trabalhadores brasileiros, através do entendimento e do diálogo. V. Ex^a tem testemunhado através da Federação das Indústrias de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e até mesmo do Nordeste, esse diálogo, esse entendimento que temos procurado fazer não só com o Governo como, igualmente, com as lideranças sindicais dos trabalhadores.

Por isso, Senhor Presidente José Sarney, para o futuro desta Nação, as decisões sobre a economia, as relações de trabalho, o sistema tributário e tantos outros, são muito mais importantes do que o próprio sistema e o mandato presidencial.

Esta não é hora de comemorar batalhas vitoriosas. O povo continua aflito. E não vê nenhum

motivo para comemorações. Ademais, a guerra ainda não terminou nem para o País nem para Vossa Excelência. A verdadeira vitória virá quando Vossa Excelência, no uso de seus plenos poderes, mostrar à Nação aquilo a que o povo tem direito, ou seja, trabalho, salários e uma vida digna.

Nós da indústria, repetindo, queremos produzir, gerar empregos, exportar e abastecer nosso mercado interno. Queremos uma diretiz firme para a economia. Queremos alguma coisa que defina o nosso norte e também a trajetória para chegar lá.

Queremos saber como serão distribuídos os sacrifícios. Essa é a sua missão, Sr. Presidente. O resto nós faremos. Monte o programa, mostre-nos sua lógica, incorpore nossas sugestões, e tenha certeza de que, daí em diante, a tarefa será nossa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos vivendo novos tempos. No meio de uma devastadora desordem econômica, nós, os Constituintes, demos mais um voto de confiança ao Presidente Sarney. Pelo que dizem as pesquisas, contrariamos boa parte do povo nessa conduta. Agora, dependerá do Presidente José Sarney nos dar os elementos para demonstrar ao povo que nosso voto não foi em vão. E que isso seja feito bem depressa. E com ações concretas. Sem subterfúgios. De modo claro, para que os industriais e a sociedade brasileira adquiram a necessária confiança e venham a mover de novo esta economia em pedaços.

Prezado Presidente Sarney: não bastam os discursos, chega de gastos desnecessários. Se a economia é de guerra, exigimos do comandante um comportamento firme e austero. Minha postura daqui em diante será esta. Minha consciência o exige. Foi só assim que ela me permitiu votar como votei. Meus Companheiros de Bancada e meus companheiros industriais também exigem. É só assim que continuarei recebendo deles o apoio que sempre recebi.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Líder Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Senador Albano Franco, trago a minha voz em homenagem ao discurso que V. Ex^a faz. A franqueza de V. Ex^a é o que mais me toca. Sabe V. Ex^a que eu, pelos mesmos motivos, por desejar que haja no País uma ordem econômica capaz de resolver esses problemas e, momento o que disse V. Ex^a, a questão financeira, interna e externa, sem a qual não vamos poder resolver as outras questões, notadamente a salarial, com este mesmo propósito votei de modo diferente do de V. Ex^a. Votei de modo diferente, porque acredito que, como dizia Camões, "o fraco rei torna fraca a forte gente". Mas a forte gente fala hoje pela voz de V. Ex^a e pede ao rei que, com ânimo, recupere o caminho, retorne o rumo. Não seria eu quem deixaria de dizer que isso tem que ser reafirmado, especialmente por aqueles que apoiaram o Presidente. V. Ex^a agora tem, de fato, uma responsabilidade para com todo o País. Cancionaram o caminho, que esse caminho se cumpra. E que se cumpra o quanto antes. V. Ex^a, como Presidente da Confederação Nacional da Indústria, tem todo

aqui um comportamento exemplar em matéria de democracia. Sou testemunha de que V. Ex^a tem agido da maneira mais correta possível, buscando o entendimento, buscando uma fórmula de convivência democrática. Não há outro caminho. Disse V. Ex^a que a indústria e o empresariado estão hoje casados com a democracia. Eu acredito que não há outro caminho. E por não haver outro caminho — já o disse o Senador Affonso Camargo —, a democracia exige cobrança, exige muito mais que se explicito do que, pura e simplesmente, o apoio vazio daqueles que só sabem agradecer. V. Ex^a faz um discurso de alguém que, tendo apoiado, agora cobra. Espero que a cobrança não seja em vão. Se não for em vão, terá meu aplauso.

O SR. ALBANO FRANCO — Muito me sensibiliza e muito me invade o aparte de V. Ex^a, meu Líder Fernando Henrique Cardoso. Inclusive V. Ex^a teve oportunidade de dizer que, embora votando diferentemente do meu voto, tanto no sistema quanto no mandato, reconhece que o que estou fazendo aqui, na manhã de hoje, é procurar dar a minha colaboração, a minha contribuição ao País e ao Governo do Presidente José Sarney, cobrando, solicitando, realmente, as medidas que toda a Nação almeja e deseja.

O Sr. João Menezes — V. Ex^a me permite outro aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Pois não, nobre Senador João Menezes. Mais uma vez tenho a satisfação de conceder um aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Menezes — Eminentíssimo Senador, realmente a tribuna que V. Ex^a deve usar é esta. Gostaria que V. Ex^a, como representante das classes produtoras, com muita eficiência, ao invés de cobrança, apresentasse aqui quais as condições, o que realmente as classes produtoras querem e desejam, quais são os termos em que elas pretendem trabalhar. Isto é que é importante saber. Aonde vai o desejo das classes produtoras? O que elas estão exigindo deste País? Não podemos ficar nesse jogo que tem havido até agora. Ouvi aqui o Senador Affonso Camargo falar em paz, em ordem, em democracia. Também já vi o Senador Affonso Camargo comparecer a reuniões em que se procurava levar o País à desordem, ao descontentamento. Então, agora é a hora importante de todos trabalharmos, mas trabalharmos efetivamente. Quais são as medidas que a Confederação quer? Quais são as medidas que as classes produtoras querem? Isto que o povo precisa saber. Não esperar que o Governo apresente as medidas para depois fazer críticas e tornar o Governo como sendo um carrasco. Isto é importante, eminentíssimo Senador, isto é muito importante. Temos visto, e V. Ex^a sabe, assim como em todas as classes existem pessoas que criam dificuldades, que não têm condições, não têm capacidade para entender a situação complexa que atravessamos, dentro das classes produtoras também existem esses cidadãos, também existem essas partes que fomentam a discórdia e a desordem. Então, o apelo que faço a V. Ex^a é no sentido de que, ao invés de estar cobrando, ao invés de procurar exigir, V. Ex^a esclareça como pode cooperar. O Presidente da República — repito — não precisa de cobrança, como também não precisa de exigência. O Presidente da Repú-

blica precisa é de cooperação, e essa cooperação vêm de dados positivos, e esses dados positivos V. Ex^a não os trouxe até agora, e não sei se os trará no fim do seu discurso. O que V. Ex^a precisa, o que a Confederação precisa é que os vários Representantes da Confederação não estejam nos jornais dando notícias, cada um, à sua feição, ou dando o seu sentido ao que julga mais prático. Precisamos é que V. Ex^a é que a classe produtora realmente tenha a coragem de dizer: "Não, nós precisamos é disto e daquilo, as medidas de contenção que propomos são estas e aquelas". Não esperar, não mandar apenas que o Governo as faça, para depois ficar reclamando ou ficar aceitando. Felicito V. Ex^a pelo discurso, que é feito no melhor dos intuítos e com a inteligência que Deus lhe deu, mas reitero o meu pronunciamento: V. Ex^a não pode cobrar e não deve exigir. Se votou ontem, aqui, essas medidas, e hoje cobra e exige, V. Ex^a não deve fazer isto, nobre Senador. O que V. Ex^a deve fazer, como representante das classes produtoras, é trazer claramente o que elas pretendem, o que desejam, para que se possa fazer uma triagem e verificar aquilo que vai atender às classes de todo o País. Peço desculpas por ter interrompido o brilhante discurso de V. Ex^a, mas não podia deixar de fazê-lo, dada a minha grande admiração por V. Ex^a.

O SR. ALBANO FRANCO — Meu estimado Senador João Menezes, como sempre, ouvi com a devida atenção e o maior respeito o aparte de V. Ex^a, mas perdoo-me não poder aceitar e concordar quando V. Ex^a deseja retirar o maior direito, a principal obrigação de um Parlamentar nesta Casa, que é sugerir, é cobrar, é pedir, é reivindicar do Governo e do Presidente. Apenas repito uma frase que disse no início de meu pronunciamento, Senador João Menezes: "Não estou aqui para diagnosticar a economia nem para apresentar sugestões — pois isso já o fiz à exaustão". Não há assunto ou matéria que seja de interesse nacional ligada à economia e à indústria em que a Confederação Nacional da Indústria não tenha apresentado aos Ministros da sua área, ou ao próprio Presidente José Sarney, as suas sugestões, as suas reivindicações e os caminhos que deveria seguir o nosso País.

O Sr. Pompeu de Sousa — Nobre Senador Albano Franco, solicito a V. Ex^a me conceda um aparte.

O SR. ALBANO FRANCO — Pois não, nobre Senador Pompeu de Sousa, com muito prazer.

O Sr. Pompeu de Sousa — Eu tinha levantado este microfone e, logo em seguida, o Líder de meu Partido levantou o dele antes, e eu, respeitosamente, cumpri, disciplinadamente, o momento de espera. Aliás, quase não teria o que acrescentar ao que o meu Líder disse. A nossa identidade é tão grande que até levantamos os microfones ao mesmo tempo, e a citação camoniana que ele fez eu iria fazer, exatamente a mesma citação camoniana. Mas o que eu queria dizer é que me solidarizo com V. Ex^a por este discurso. Quero solidarizar-me com V. Ex^a como Parlamentar, como Senador, como Constituinte, como membro do Poder Legislativo, porque esta é a função do Poder Legislativo, esta é a função do Congresso, esta é a função do Parlamento, esta é a função da Constituinte, neste momento mais

especificamente do Senado Federal, que V. Ex^a honra com o seu discurso de hoje. Na verdade, compete a nós, homens públicos, fazer as cobranças em nome do nosso eleitorado, em nome dos nossos mandantes; mandatários que somos, compete a nós fazer essas cobranças, e V. Ex^a o faz muito bem. Na verdade, há muito que cobrar, e a minha posição é absolutamente insuspeita nesse terreno. Sou amigo de José Sarney há mais de trinta anos. Eu e o meu Partido o apoiamos de todas as formas ao assumir o Governo e demos a ele todas as condições para que fosse bem sucedido. E, na verdade, de minha parte só deixei de lhe dar apoio político a partir do momento em que ele se dispôs a não cumprir um compromisso com o povo, que era o compromisso de exercer o Governo apenas pelo período de transição e exercê-lo, como ele disse publicamente, durante o prazo de quatro anos, que era o dessa transição. Discordei a partir daí. Continuo a tê-lo como amigo, embora ele fizesse declarar, através dos seus porta-vozes, que quem não estivesse a favor dos cinco anos seria considerado inimigo. Eu não me considero inimigo; se ele considera, eu não considero. A função do homem público é também essa que V. Ex^a está exercendo. Louvo V. Ex^a Discordo do voto que foi dado por V. Ex^a pelo presidencialismo, mas acho que no parlamentarismo ainda teríamos que cobrar mais; no presidencialismo, agora que o Presidente da República se declara na posse dos plenos poderes que Sua Excelência pleiteava, porque se sentia prisioneiro, nosso prisioneiro não sei por que, porque nunca o aprisionamos, V. Ex^a, em nome dos seus eleitores, em nome da categoria econômica que representa, dos industriais que aqui representa tem não só o direito mas o dever dessas cobranças. Congratulo-me com V. Ex^a.

O SR. ALBANO FRANCO — Muito agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Pompeu de Sousa a sua experiência e com a sua lucidez, o aparte de solidariedade as palavras que pronuncio na manhã de hoje.

O Sr. Leopoldo Peres — Permita-me um aparte, nobre Senador?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Leopoldo Peres.

O Sr. Leopoldo Peres — Primeiro que tudo, gostaria de congratular-me com V. Ex^a pela sinceridade, pela franqueza, e diria, até mesmo, pela honestidade do seu pronunciamento, na manhã de hoje, nesta Casa. O discurso engrandece o Senado da República, mais, talvez, do que V. Ex^a, assim como engrandece, também, o Presidente da República, não obstante as veladas críticas contidas no discurso de V. Ex^a e o engrandece, por quê? Nada mais terrível, disse em artigo que hoje é clássico da literatura universal, Anatole France, do que a solidão do poder do século XX. Realmente, a solidão do poder é terrível, porque leva a todo e qualquer tipo de aventura. Foi exatamente o tipo de solidão de poder, na Alemanha, que levou Hitler a todas as loucuras, cujo preço, até hoje, a nossa e as futuras gerações continuarão a pagar. A Assembléia Nacional Constituinte, na noite de anteontem, em nome do povo brasileiro, que representa com autenticidade — e até alguns vencidos em outras oportunidades sempre proclamaram a autenticidade

dessa representação — deu ao Presidente José Sarney uma nova delegação para enfrentar os problemas nacionais. Sou daqueles, nobre Senador Albano Franco, que, por formação democrática, quando sou vencido por uma votação numa assembleia, não declaro os vitoriosos inimigos da Pátria ou inimigos do povo; reconheço que, democraticamente, quando se participa de uma votação, temos que reconhecer que há vencidos e vencedores. Nesse caso, vitoriosa foi a democracia, porque, por uma expressiva maioria, a representação nacional decidiu pela continuação do presidencialismo e por um mandato de cinco anos para os futuros Presidentes da República. Isso também implica uma nova delegação ao Presidente José Sarney, para que Sua Excelência enfrente os problemas que afligem a Nação. Quero também cumprimentá-lo pela notável declaração de que mais do que os salários são os juros que representam um peso pesado para as empresas, que estão levando muitas delas a concordatas e falências sucessivas. Muito obrigado.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Leopoldo Peres, com o respeito que caracteriza V. Ex^a, por considerá-lo um dos melhores homens públicos deste País e, principalmente, pela sua generosidade através do seu incentivo e do seu estímulo para com este seu colega, quero dizer a V. Ex^a que muito me tocou V. Ex^a ressaltar a minha sinceridade e honestidade de propósitos. Graças a Deus, até hoje posso olhar para a face de cada um dos companheiros ou até mesmo adversários políticos, tendo em vista o meu comportamento na minha vida pública.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Nós todos ouvimos a fala de V. Ex^a com muita atenção, porque não é apenas a palavra de um parlamentar, de um constituinte, a palavra de um senador da República. Tanto quanto isso, não digo mais do que isso, mas, pelo menos, tanto quanto isso, é a palavra de um federacionista, de um homem da iniciativa privada e que vive os momentos mais importantes da Nação em pólos variados, dentro do universo da iniciativa de capital privado e dentro do universo político da nossa Nação. Isso dá autoridade especial a V. Ex^a, no momento em que fala. O apelo no entanto, foi escutado e hoje, no regime presidencialista, os apelos devem ser escutados, mas, primordialmente, devem ser escutados por um par de ouvidos muito importante, os ouvidos do Sr. Presidente da República. Se, ao invés de parlamentarismo, a tese derrotada fosse a do presidencialismo, o apelo de V. Ex^a teria uma esperança maior. Talvez, mais pares de ouvidos estivessem à reserva para escutar o apelo de V. Ex^a. E esse apelo, ao invés de ser ouvido por uma pessoa só, que tem duas grandes funções, que são as de chefiar o Estado e o Governo, seria escutado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Poder Executivo, no órgão conjunto a que chamaríamos de governo parlamentarista, com mais sensibilidade, porque mais ouvidos, com mais aptidão para escutar, porque mais pessoas teriam esse prazer ou esse dever. O discurso de V. Ex^a vai, no entanto, desti-

nar-se aos ouvidos presidenciais, e já nem temos por que lamentar isto. A idéia parlamentarista foi vencida e, sendo vencida, os parlamentaristas não são perdedores, porque, na verdade, não há perdedores na Assembléia Nacional Constituinte. Quando aquela maioria delibera, foi o País que deliberou e, dentro de um critério democrático, os que poderiam ser vencidos e os que poderiam ser os vencedores, na verdade, são o Brasil que, naquele momento, se configuram numa peça única. Nós, parlamentaristas, e os companheiros presidencialistas, não temos posições opostas mais neste momento. Cabe agora, única e exclusivamente, preparar o novo sistema presidencialista, porque não podemos crê-lo como o mesmo que aí está e imos à frente, para que a Nação se estabeleça governamentalmente, de modo mais adequado. O apelo de V. Ex^a se destina, essencialmente, ao presente, não é o apelo pós-Constituinte. É o apelo, no entanto, para um governo que se fortificou pela Constituinte, porque suas teses foram vencedoras. E a Nação inteira noticiou a reunião da Assembléia Nacional Constituinte, como se ali houvesse um palco de uma peleja, na qual a tese governamental lograsse absoluto êxito. José Sarney, o Presidente, venceu a tese pelo sistema de governo, e venceu a tese quanto à duração do mandato. Mas, se já venceu, se essas teses já foram vitoriosas, se a Constituinte já deliberou, eis que as teses não são mais do Presidente José Sarney, as teses são nossas, são brasileiras, são teses que, agora, se universalizaram na alma nacional. Mas, de qualquer maneira, há um fortalecimento e, talvez, o Governo estivesse carente desse fortalecimento para poder ir à frente na sua missão de superar essas crises. V. Ex^a fala no universo dessas crises, e fala com experiência. Tem toda a razão. O apelo não pode ofender a ninguém. Quando se apela para alguém — e eu faço questão da regência perfeita do verbo, porque gostamos de apelar a alguém, e isso fere o meu ouvido — quando apelamos para alguém, o fazemos do alto da vigilância democrática. E, eis que o fazemos, também, Sr. Senador, dentro da qualidade maior de um parlamentar, que é, exatamente, a de vigiar. Vigiar, pedir não ofende, pleitear não ofende. O que ofende é a notícia distorcida, o que ofende é o fato deturpado, o que ofende é a notícia mal veiculada, é o informe lançado à Nação de boca em boca, pessoa a pessoa, em busca do desequilíbrio. É dizer mal ao povo das razões nacionais. É informar ruim nos sindicatos, nas ruas, nas esquinas, em quaisquer lugares — ainda bem que Brasília não tem esquina. Informar, em quaisquer lugares, de modo a deturpar a realidade nacional e a confabular contra o País. V. Ex^a não confabula contra o País, muito pelo contrário, soma ao patriotismo nacional quando apela. E apela para a consciência do Presidente, que sendo o grande vitorioso, e tendo a Nação Constituinte, acresce também a sua responsabilidade. Já que os ouvidos são presidencialistas, e são só dois, fazer com que esses ouvidos sejam mais do que teríamos no parlamentarismo, centenas e centenas de parlamentares a escutarem o apelo de V. Ex^a em busca das soluções. Tudo continuará no presidencialismo. Resta agora cobrar do Presidente a sensibilidade que V. Ex^a cobra, para que esses dois ouvidos possam valer pela extensão nacional, pela grandeza nacional, pela aspiração nacional. V. Ex^a tem

razão. Os empresários têm responsabilidade. Eles têm uma luta grande. Eles têm o capital empregado. Eles assumem a mão-de-obra, eles propiciam emprego a essa mão-de-obra: o empresário é uma peça importantíssima da democracia. Não podemos separar o empresário do trabalhador. São duas forças motrizes que se somam e terminam sendo uma só. Somente a inconsciência pode fazer determinadas divisões, que fracionando o panorama do trabalho, do comércio, da indústria, fracionam também a responsabilidade e a sensibilidade nacionais. Então acho, se V. Ex^a fala como empresário, falasse mais forte ainda que poderia, uma vez que os empresários estão com as mãos no fogo, os empresários estão aí na labuta diária. Eles é que arriscam, muitos apenas assistem a esse ato de arriscar. Eles é que se envolvem, muitos apenas contemplam esse envolvimento e suas conseqüências. Nós, os políticos, no entanto, somos os mais envolvidos, porque estamos dentro do maior setor nacional, que é o setor diretivo, que se consoma através do Poder Executivo e através do Poder Legislativo. Quisera eu que o Presidente estivesse aqui, ouvindo a palavra madura de V. Ex^a, ela muito madura, muito embora seja verde de esperança. Muito obrigado.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, as palavras de V. Ex^a, além de valorizar o nosso pronunciamento, vêm consolidar as nossas palavras. Porque V. Ex^a, Senador Cid Sabóia de Carvalho, é um homem de gestos. Temos um apreço e um respeito muito grande a V. Ex^a devido a gestos que V. Ex^a teve aqui nesta Casa e na Assembléia Nacional Constituinte.

E V. Ex^a, com a sua responsabilidade, e com o seu valor intelectual, teve a oportunidade de reconhecer que a Assembléia Nacional Constituinte, soberanamente, decidiu o sistema de governo. Foi a representação nacional que venceu. Por isso, hoje, com a responsabilidade de quem contribuiu também com o nono voto para o sistema vim aqui cobrar a quem de direito, que é, como diz V. Ex^a, através dos dois ouvidos do Presidente da República.

Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a também se referiu à responsabilidade social que tem hoje o empresário industrial neste País, correndo riscos, não só do seu investimento, mas, principalmente, proporcionando empregos e gerando riquezas.

Agradeço, especialmente, o aparte de V. Ex^a, Senador Cid Sabóia de Carvalho, porque vem somar-se ao nosso discurso e consolidá-lo.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Albano Franco, estamos a ouvir V. Ex^a, e queremos louvar a iniciativa que toma, de vir à tribuna fazer apreciações, principalmente, como um porta-voz da entidade, que V. Ex^a tanto honra e com capacidade dirige, a Confederação Nacional da Indústria. V. Ex^a fala com dupla responsabilidade, de Presidente da Confederação Nacional da Indústria e como Senador da República, sendo do PMDB. Portanto, V. Ex^a tem uma grande parcela de responsabilidade na tese que está expondo e não vejo, nas palavras de V. Ex^a sequer uma cobrança,

senão uma exortação ao governo do partido de V. Ex^a. E não posso, nobre companheiro, Senador Albano Franco, também eximir dessa responsabilidade o partido de V. Ex^a, porque ele tem uma parcela grande de participação e de responsabilidade na sustentação da política do Governo, e não pode ter duas caras, não pode ser como uma moeda de duas faces. Ele tem que assumir a responsabilidade dos êxitos e dos fracassos do Governo, porque uma grande parte dos ministros era e ainda é do PMDB. Dilson Funaro fora indicado pela cúpula do PMDB, sequer foi escolhido pelo Presidente José Sarney. Bresser Pereira fora indicado pela cúpula do PMDB e da política paulistana, ambos. Agora que o Sr. Presidente teve a liberdade de indicar um de sua confiança, Almir Pazzianotto continua como ministro, inclusive de Ulysses Guimarães; Renato Archer, Luiz Henrique. Então não podemos separar a responsabilidade do partido que dá sustentação ao Governo das responsabilidades do Governo. Estamos com V. Ex^a e votamos pela continuação do presidencialismo, porque achamos, patrioticamente, que a melhor solução, atual, para a nossa crise política é continuarmos nessa transição, usando o presidencialismo como uma ponte para a democracia. Nós votamos pelo presidencialismo, mas temos o compromisso de declarar que o período de transição está exaurido e deve ser encerrado este ano e, por isso votaremos, nas Disposições Transitórias, pelos quatro anos de Governo para o Presidente Sarney, aliás o que desejamos também seja para os futuros presidentes, para o que apresentamos uma emenda, defendendo os quatro anos com a reeleição por um período igual e dando a mesma oportunidade, na justificativa, ao Presidente José Sarney, de se candidatar a um novo período presidencial. Portanto, nesta oportunidade, enquanto me congratulo com exposição de V. Ex^a e a exortação que faz à administração executiva, quero dizer que estamos coerentes com as teses por nós defendidas, desde 1984, na praça pública. E que as teses que foram vencidas, na grande terça-feira, na Assembléia Nacional Constituinte, não são as teses do Presidente José Sarney; mas do povo brasileiro, que queria a continuação do presidencialismo. Quanto ao mandato presidencial, votamos apenas para os futuros presidentes que poderia ser um período de quatro ou cinco anos. O nosso compromisso com a História presente é de encerrar o período de transição este ano, com eleições diretas em 1988, portanto, dando ao povo brasileiro a oportunidade de escolher o seu novo presidente da República. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALBANO FRANCO — Senador Mário Maia, agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte. Respeitamos as ponderações e pontos de vista de V. Ex^a. Aproveito para falar de um assunto a que V. Ex^a se referiu.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Aqui, como senador, faço justiça ao Líder Fernando Henrique Cardoso. Não houve, nesta Casa, votação de interesse do Governo do Presidente José Sarney, em termos administrativos, em que S. Ex^a não tivesse sugerido e orientado sua bancada no sentido da aprovação. Era importante fazer também esta ressalva a V. Ex^a, Senador Mário Maia.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Senador Nelson Carneiro, com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — O nobre Senador Jutahy Magalhães teve a gentileza de me conceder a precedência. Antes de aplaudir o discurso de V. Ex^a, queria refutar o que agora está sendo um hábito do PDT: o de acusar o PMDB de todos os males que ocorrem neste País. Agora mesmo, S. Ex^a acaba de se referir à sua fidelidade e à de seu partido ao presidencialismo. Ora, todos sabemos, e a Nação toda sabe, que o PDT não tem nenhuma paixão pelo presidencialismo, e, sim, pela eleição do ex-Governador Leonel Brizola como presidente da República. Como ele quer ter todos os poderes do presidencialismo, é uma consequência ser presidencialista. Não há nenhuma convicção doutrinária nisso. É preciso acabar com esse hábito de se agredir constantemente o PMDB, como se ele fosse o responsável por tudo que ocorre neste País.

O Sr. Mário Maia — Mas não agredi o PMDB, chamamos à responsabilidade para sua participação no Governo.

O Sr. Nelson Carneiro — Nós chamamos à responsabilidade, neste momento, do PDT, como está chamando à responsabilidade do PDT toda a Nação, pelos votos que deu e que psicologicamente, juntamente com o PT, mudaram a opinião da Assembleia Constituinte. Penso que, os que, por amor a um homem e não a um princípio, agiram assim, responderão perante a História.

O Sr. Mário Maia — Somos muito pequenos para mudar a opinião da Assembleia Nacional Constituinte — 47 membros — diante da exuberância dos 304 votos do PMDB.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Mário Maia, agora é a minha vez.

O SR. ALBANO FRANCO — Ouço agora a palavra o Senador Jutahy Magalhães, com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Albano Franco, em primeiro lugar, peço desculpas por não ter podido acompanhar o pronunciamento de V. Ex^a desde o início, porque, fazendo parte da chamada, apelidada CPI que trata da corrupção, estava presente lá acompanhando os seus trabalhos. E essa CPI já demonstrou, demais, a desorganização que existe na atual administração pública federal. Já está por demais comprovado o prejuízo que traz à Nação este sistema presidencialista que foi aprovado e mantido pela Assembleia Nacional Constituinte. Com o discricionarismo de que se utiliza para distribuir os recursos públicos, em vez de levar recursos para desenvolvimento regional, para o desenvolvimento nacional, procura-se distribuí-los atendendo apenas interesses pessoais de alguém; são bilhões, dezenas de bilhões de cruzados que são distribuídos sem nenhum critério, sem nenhum projeto, sem nenhum planejamento de ordem econômica, para atender interesses políticos secundários. Isso tudo está sendo comprovado pela CPI do Senado, e vamos chegar ao final deste nosso trabalho. Também o Senador Mário Maia vai ter que explicar muito, o PDT e o PT vão ter que explicar a vida inteira a posição que tomaram para permitir que

o mandato de cinco anos fosse obtido nesta Constituinte. Vão levar a vida inteira explicando por que possibilitaram cinco anos de mandato ao Senhor Presidente da República contra a vontade popular!

O Sr. Mário Maia — Mas o Senhor Presidente da República José Sarney...

O Sr. Jutahy Magalhães — Foram responsáveis e serão responsabilizados pelos cinco anos que poderão ser votados aqui por causa da decisão que foi tomada com o apoio de S. Ex^a.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^a está fazendo uma colocação errada.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a são responsáveis e dessa responsabilidade não fugirão! E mais que queiram dizer que tinham princípios a defender, o Senador Nelson Carneiro já declarou quais são os princípios que eles defendem.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^a está confundindo as Disposições Transitórias com as permanentes.

O Sr. Jutahy Magalhães — São princípios pessoais, interesses pessoais de quem quer ser Presidente da República de qualquer maneira!

O Sr. Mário Maia — Não apoiado, nobre Senador!

O Sr. Jutahy Magalhães — Senhor Senador, a maioria decidiu, a maioria tem que ser respeitada. Estamos sob um regime presidencialista. V. Ex^a faz um apelo desta tribuna a quem deveria ser o responsável pela direção política e administrativa do nosso País. Infelizmente não está sendo. Já estão as declarações continuadas de que Sua Excelência, até agora, não teve condições de governar. Como não tem condições de governar, num regime presidencialista, se a Sua Excelência cabe a escolha dos seus ministros? Se Sua Excelência não governou é porque não quis ou não teve capacidade para isto, e não será de agora em diante que Sua Excelência terá condições para fazer o que não fez nestes três anos. Não é correto ficar-se aqui a repetir a fábula de que o PMDB tem 17 ministérios. Nenhum de nós está aqui por inocência política. Todos nós temos uma longa vida pública, todos nós temos experiência política e sabemos que é uma fábula dizer que o PMDB tem 17 ministérios. Não vamos querer enganar a ninguém — aqui, ninguém engana ninguém. É por isso que espero, Sr. Senador, que o apelo de V. Ex^a seja ouvido, mas seja ouvido não pelos ventríloquos que andam falando pelo Presidente, mas que seja ouvido pelo próprio Presidente, que não pode ser "boneco de ventríloquo" de ninguém, tem que assumir a Presidência da República, e não exercer o presidencialismo com ministro bancando primeiro-ministro, dizendo pela televisão, como disse no dia da votação, que deveria haver uma reforma ministerial e, no final, apenas dizendo: "Bom, quem decide é o Presidente, esta é a minha opinião". Ora, Sr. Senador, é preciso acabar com isso neste País. Se temos um Presidente, que Sua Excelência assumia, então, o Governo e que o faça no interesse do País. O que não pode é fazer a retaliação que vem fazendo com os Estados, o que não pode é sacrificar o povo baiano como está fazendo, somente porque o governador não atendeu aos interesses de Sua Excelência. Não podem os mi-

nistros da Bahia trabalhar contra os interesses do Estado, ministros que não levam nenhum recurso para o Governo do Estado, fazem convênios com municípios que interessam à sua política pessoal. É com isto que temos que acabar no País, é nisto que temos que pensar, acima de qualquer coisa. Não houve vencedor nem derrotado naquela votação. Vencedor é o País, é o Brasil brasileiro, com os seus Estados não sendo discriminados, como estão sendo até agora. Espero que o apelo de V. Ex^a seja atendido, mas também seja atendido o apelo daqueles que querem ver o Brasil, administrativamente, bem governado, e não apenas atendendo interesses de amigos. O ex-Presidente Tancredo Neves declarou, conforme foi dito aqui por um senador de Minas Gerais, "com amigos se pode fazer até brincadeiras, mas governar se governa com correligionários e aliados". É isto que o Senhor Presidente não soube fazer. Quer é fazer um governo de amigos e aulicos, daqueles que ficam apenas a elogiá-lo, a dizer que ele está fazendo um bom trabalho em benefício do País, enquanto tiram proveito do poder. Já estão as crises econômicas, as crises políticas, as crises sociais, repetindo-se a cada dia. Desculpe-me, Sr. Senador, por ter-me alongado. Espero que os ouvidos que deveriam ouvir o apelo de V. Ex^a não estejam tapados, como têm estado até agora.

O SR. ALBANO FRANCO — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Advirto ao nobre Senador Albano Franco que o seu tempo já está esgotado.

O Sr. Alexandre Costa — Peço um aparte a V. Ex^a, nobre Senador Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer nobre Senador Alexandre Costa, se o Sr. Presidente assim o permitir.

O Sr. Alexandre Costa — Mas é claro, o Sr. Presidente é um homem muito generoso, e sabe que o discurso de V. Ex^a é muito importante e comporta mais um aparte, aqui, de um humilde senador.

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Alexandre Costa.

O Sr. Alexandre Costa — Nobre Senador Albano Franco, não só venho acompanhando o discurso de V. Ex^a como, também, sou testemunha de que V. Ex^a é um senador sempre afeito às boas causas. Isto não constitui nenhum elogio. O comportamento de V. Ex^a nesta Casa e também na vida privada, eu o atesto. Se tivesse que fazer algum reparo em tudo aquilo que ouvi de correto, de sério, fá-lo-ia apenas quando V. Ex^a, exortando e cobrando exaustivamente do Presidente da República novas medidas, diz que Sua Excelência deveria deixar de comemorar a vitória e se ater ao pagamento daquilo que as classes empresariais do Brasil cobram há muito tempo. Não conheço; absolutamente, não vi, não tomei parte de nenhuma comemoração de vitória, nem do Presidente da República nem dos constituintes que venceram no voto. Porque, na verdade, quem venceu com o presidencialismo foi o povo brasileiro, através da sua maioria incontestada na Assembleia Nacional Constituinte. Disso não ficou a menor dúvida! Não quero, com isto, dizer que, se

tivesse vencido o parlamentarismo, seria mau para o País. Até simpatizo com o sistema de governo parlamentarista, mas também acho que não será sistema de governo que irá dar jeito na difícil situação que atravessa a Nação brasileira. V. Ex^a exortou e cobrou apenas do Presidente da República. V. Ex^a também deveria cobrar das classes empresariais sacrifícios e mais sacrifícios; cobrar sacrifícios do povo brasileiro, de todos nós parlamentares, do comércio, da indústria, de todos aqueles que geram riqueza, porque ninguém poderá exigir de apenas um presidente o milagre de pagar por todos. Tudo o mais está correto. Estou certo de que V. Ex^a deixou de fazê-lo por omissão, uma vez que o discurso é certo, é correto, é perfeito, é cheio de sinceridade, como todos os atos que V. Ex^a tem praticado nesta Casa. Acompanhei os apartes. Sou homem consciente de que, através de ambições e de idiossincrasias, como foi o caso do Senador Jutahy magalhães, não vamos chegar a um lugar certo neste País. Não serão as idiossincrasias da Bahia que irão resolver os problemas dos 22 Estados brasileiros.

O Sr. Jutahy Magalhães — Idiossincrasias, por favor, V. Ex^a se refira ao Ministro Aníbal Teixeira.

O Sr. Alexandre Costa — O problema brasileiro é muito sério, Sr. Senador, muito sério. Deveria cobrar de todos nós, políticos, o apoio à sugestão firme, segura; apoio ao Presidente da República, através de programas, para que possa cumprilos. E não lhe retirando apoio, como foi feito nesta Casa, há quase dois anos. Não é a simples aprovação de um projeto que significa apoio, não é uma simples licença para viagem. Isto não significa apoio político e o sabe muito bem o Senador Nelson Carneiro, político proeminente desta Casa, exemplo de político que sabe que apoio não consiste apenas na parte material, mas também na parte moral, na solidariedade — sobretudo na solidariedade —, porque sem ela governante nenhum, nem Sarney, nem Tancredo, nem Ulysses, nem Nelson Carneiro, nem qualquer homem ilustre desta Nação poderá realizar sozinho os grandes trabalhos de que precisa este País para sair da crise que assola hoje o povo brasileiro. Então, ainda é tempo de V. Ex^a, nobre Senador Albano Franco, no seu magistral discurso, exortar também a todos nós, à classe empresarial que V. Ex^a com tanta honradez e dignidade representa hoje, aqui, no Senado da República, lavando-a à união de esforços. Só o trabalho e o sacrifício de todos poderá gerar a riqueza nacional capaz de atender aos clamores da população brasileira, ansiosa de ver realizado no Brasil aquilo que o País precisa para satisfazer a sua população. Muito obrigado.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Alexandre Costa, com muito apreço ouvi o aparte de V. Ex^a e posso dizer que, com a minha responsabilidade de Senador e Presidente da Confederação Nacional da Indústria, sempre estarei disposto a colaborar e contribuir para esse entendimento, porque, realmente, temos que cobrar da força maior que é o Governo, mas também nós, empresários, nós políticos, nós senadores, não podemos faltar, nesta hora de dificuldades ao País.

Estou certo e com esperanças, pelo que ouvi nos apartes dos nobres Srs. Senadores, de que o Presidente da República irá ouvir esta nossa

cobrança, este nosso apelo, porque o menor direito que cabe a um senador, a um político, é pleitear, do Senhor Presidente da República, num regime presidencialista, as devidas providências que o País requer.

O Sr. Almir Gabriel — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Almir Gabriel — Agradeço a V. Ex^a a concessão. V. Ex^a tem total legitimidade para falar aqui, quer como representante do povo, já que trabalhadores, funcionários e tantas pessoas votaram em V. Ex^a, quer como representante da Confederação Nacional da Indústria. Em segundo lugar, parabênize V. Ex^a pela postura assumida de não permitir a cooperação da Confederação Nacional da Indústria e este Governo ou a qualquer governo. Qualquer instituição ou entidade só tem legitimidade no próprio momento em que representa os seus associados e não no momento em que se coopta a qualquer órgão ou a qualquer instituição. Vou repetir aqui o que tenho dito com insistência. Não creio que haja um momento constituinte de nenhum país que não seja, por característica, um momento de instabilidade econômica, de instabilidade política, de instabilidade social e, por consequência, de instabilidade institucional. A grandeza que se exige é das pessoas que, com encargos próprios, neste momento, tenham capacidade de fazer transitar, no momento de procela, para um porto seguro. E, aqui, podemos dizer: o Parlamento brasileiro tem hoje, na figura de Ulysses Guimarães, uma pessoa da maior dignidade e da maior grandeza, exatamente para conduzir, inclusive em detrimento de suas próprias aspirações políticas, para conduzir para um porto seguro. Mas não tenho nenhuma segurança de que o Poder Executivo tenhamos pessoas com grandeza para assumir este momento. E o digo certo de que várias palavras que têm sido utilizadas como qualificadoras do nosso Presidente não sejam verdadeiras, isto é: quando se diz que Sua Excelência é tolerante, na verdade não é. Sua Excelência é inseguro. E é inseguro para conduzir, é vacilante, e mantêm, dentro de si, uma condição de provincianismo tremendo, que se reflete pelas demissões, pelas perseguições, pelas benesses que faz. Então, parabênize V. Ex^a pelo discurso que faz, não tanto pelo conteúdo, mas pelo risco que assume — não o senador, mas o empresário — o risco de poder ser perseguido de poder sofrer as consequências de estar aqui, neste Parlamento, dizendo em voz alta, um apelo que não é seu, pessoal, mas um apelo que representa a aspiração do empresariado nacional. Creio que temos, felizmente, neste País, um povo tolerante, temos uma classe trabalhadora com uma sabedoria enorme, que sabe enfrentar uma situação de tão alto risco como a que estamos vivendo. Parabéns a V. Ex^a

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. ALBANO FRANCO — Agradeço ao Senador Almir Gabriel as suas palavras elogiosas, e posso também responder a V. Ex^a, Senador Almir Gabriel, que me considero e me acho muito mais útil ao País e ao próprio Presidente José Sarney trazendo contribuição, como a que trago

na manhã de hoje ao Senado, para cobrar, para solicitar e reivindicar, principalmente porque venho tratar de assuntos de interesses do País, mormente diante da gravidade da crise que hoje vive o nosso Brasil.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Albano Franco, permite-me um aparte? Um minuto apenas, Sr. Presidente, para que eu possa apartear, descolorindo o brilhante pronunciamento do nobre Senador Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO — Concedo o aparte a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A presidência apela ao Senador que está na tribuna encerre seu pronunciamento, uma vez que a lista de oradores ainda não se esgotou.

O Sr. Mauro Benevides — Serei brevíssimo, Sr. Presidente. Não queria furtar-me a oferecer, neste momento, ao nobre Senador Albano Franco os meus aplausos por esse posicionamento da maior dignidade que S. Ex^a assume neste instante, comparecendo à tribuna do Senado com a sua responsabilidade de Senador da República majoritariamente sufragado pelos eleitores de seu Estado, com também a projeção de liderar a sua categoria econômica, a indústria, Presidente que é da Confederação Nacional da Indústria. S. Ex^a, portanto, assume, neste momento, uma posição de altivez, de alteraria, de coragem, reclamando do Presidente da República providências imediatas que superem as imensas dificuldades em que mergulhou a Nação. Diria, neste instante, nobre Senador Albano Franco, que V. Ex^a não fala apenas em nome da classe política, V. Ex^a não fala apenas em nome desse importante segmento da comunidade brasileira, que é o empresariado, V. Ex^a assume uma liderança do próprio povo que reclama do Senhor Presidente da República uma ação imediata, pronta e eficaz, afirm de que ultrapássemos esta fase, que é tormentosa e de imensas dificuldades. As minhas congratulações a V. Ex^a por este histórico pronunciamento na manhã de hoje.

O SR. ALBANO FRANCO — As palavras pronunciadas por um homem público como é o Senador Mauro Benevides muito me tocam e servem de estímulo e incentivo, principalmente pela sinceridade de propósitos que trago na manhã de hoje, a esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é a hora de manifestação de um irredutível dever de consciência para mim, como Senador e como Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Concluo, Sr. Presidente.

Presidente José Sarney, faça a sua parte. Chega de lamúrias e lamentos. Vossa Excelência tem tudo para fazer. Nós, empresários, estamos aqui para realizar. E o povo haverá de entender que nosso voto não foi em vão!

Pois bem, Senhor Presidente da República Federativa e Presidencialista do Brasil: mostre à nação o que será o seu mandato restante. Propicie aos industriais razões concretas para investir. Dê ao povo os empregos que ele merece. Enfim, diga à nação que Vossa Excelência é merecedor desse sistema e desse mandato. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, que falará como Líder do PSB.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foi o próprio Governo desta chamada "Nova República" quem instituiu o reajuste mensal de salários através da URP. E fez-o não com o objetivo de manter o salário real, o que seria o justo e o desejável; mas com a intenção, através da média móvel, apenas de antecipar os reajustes das categorias profissionais.

Valeu a regra quando a inflação foi crescente, ou seja, enquanto a média trimestral que influiu na definição do percentual de reajuste para o trimestre seguinte era sempre menor que a taxa inflacionária, provocando uma perda salarial real pequena, mas constante.

No entanto, quando a taxa inflacionária recrudescer, ou seja, a situação se inverte, tenta o Governo mudar a regra.

Parece aquela história do jogo de futebol de várzea onde a regra só funciona quando atende aos interesses do dono da casa.

Não podemos, Sr. Presidente, tratar o nosso País como os donos de clubes de futebol de várzea, nem como quintal dos imperadores de plantão.

Inventaram a URP porque lhes interessava; na ocasião as organizações da sociedade denunciavam a perda real, que só seria compensável através da média móvel quando a inflação aumentasse.

Agora tentam mudar a regra sob o argumento falacioso e intolerável de que os aumentos de salário são a causa principal do déficit público.

Sr. Presidente, os salários não são a causa principal e tampouco são causa alguma do déficit. Em diversas ocasiões anteriores temos tentado mostrar, à exaustão, que não se pode imputar aos salários quaisquer responsabilidades sobre a carga inflacionária ou sobre o desequilíbrio das contas governamentais.

Agora, Sr. Presidente, aleluia!

O próprio Governo, através de estudos do Ministério do Trabalho, divulgado pelo **Jornal do Brasil** no último dia 21, reconhece e mostra, exaustivamente, através de dados irrefutáveis, que o salário não é a principal causa do déficit.

Aliás, o título da matéria, de autoria do jornalista Sérgio Léo, é exatamente este: "Estudo conclui que salário não é a principal causa do déficit". Trata-se de estudo realizado no Ministério do Trabalho por dois de seus mais eminentes técnicos, os Economistas Sérgio Cutulo e Carlos Alberto Ramos.

Através de dados dos últimos 17 anos, fica claro que o dispêndio com pessoal em relação ao Produto Interno Bruto oscilou sempre em torno de 7%. A série histórica mostra variações pequenas para mais ou menos dentro deste parâmetro médio de 7%.

E mais ainda, os picos máximos aconteceram exatamente no auge da repressão ditatorial, ou seja, 8,29% em 1970, 8,23% em 1971 e 7,91% em 1972.

O último dado oficial é de 1985, apontando uma relação entre o dispêndio de pessoal e o

PIB de 6,82, enquanto os dados de 1986 indicam um percentual de 7%.

Cuidadosos, os Economistas do Ministério do Trabalho ainda incluem as despesas do Governo com Bens e Serviços, apontando para uma taxa histórica em torno de 3%, o que define as despesas correntes do Governo como algo situado historicamente em torno de 10%.

Bem, então, onde está a causa do déficit crescente?

Os próprios autores respondem mostrando que os juros da dívida interna e as transferências em subsídios ao setor privado, no mesmo período, chegaram a triplicar em relação ao PIB.

Assim, uma ligeira queda na arrecadação, aliada ao violento crescimento da dívida interna e dos subsídios, como tão brilhantemente tem denunciado nesta Casa o eminente Senador Virgílio Távora, tem causado o acelerado crescimento do déficit público, acarretando queda brutal da poupança do setor público e, por consequência, a dos investimentos governamentais.

Fico feliz, Sr. Presidente, ao perceber que o próprio Governo reconhece a nossa tese tão exaustivamente proclamada e o faz com números inquestionáveis.

Entendo que esta Casa deve merecer informações mais detalhadas desse estudo e não somente através da imprensa.

O Sr. João Lobo — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Com muita satisfação, nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Senador Jamil Haddad, estou acompanhando o brilhante e fundamentado discurso de V. Ex^a e não queria deixar passar a oportunidade de fazer só uma observação. Concordo plenamente com V. Ex^a que esses números que atribuem a salários a curva inflacionária crescente não são verdadeiros. Essa ideia é velha no Brasil. Absurdo é que, numa projeção recente do Sr. Ministro da Fazenda, para justificar o congelamento da URP e do salário do funcionalismo público, S. Ex^a tenha dito que os salários iriam absorver 106% da arrecadação. Esses números, mais uma vez, precisavam ser verificados corretamente. Todos sabemos que a arrecadação é composta, principalmente, do Imposto de Renda, que é formado por três vertentes distintas: o Imposto de Renda na fonte, o Imposto de Renda da pessoa jurídica e o Imposto de Renda da pessoa física. Nestes três primeiros meses do ano, todos sabemos que a arrecadação do Imposto de Renda foi quase que exclusivamente da fonte, o do recolhimento na fonte, que é a menor parcela formadora desse bolo, desse montante da arrecadação. Então, fazer-se uma projeção baseada na arrecadação destes três meses, para lançá-la como absorvida inteiramente pelo salário do funcionalismo público, parece-me um sofisma e parece muito amarrado e irresponsável da parte dos administradores. Não há razão para se querer comprimir mais salários, tanto de funcionário público como dos trabalhadores brasileiros. Era este o aparte que queria oferecer a V. Ex^a

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador João Lobo, agradeço a V. Ex^a o aparte, que reforça a tese que sempre espousei nesta Casa, e que agora, fruto de um trabalho publicado no **Jornal**

do Brasil, altamente detalhado por técnicos de alto gabarito do Ministério do Trabalho do atual Governo, contradiz frontalmente as declarações do Ministro Mailson da Nóbrega. S. Ex^a insiste em declarar que são os salários, os vencimentos, os causadores do déficit interno. Sabemos que a causa maior são os juros da dívida externa, que a causa maior são, na realidade, os incentivos à exportação, essa política de exportação, para que tenhamos um superávit, se não houver retaliação por parte dos americanos, para termos, na realidade, um superávit na balança econômica comercial, de cerca de um bilhão de dólares mensais, para pagarmos juros da dívida, de 12 a 13 bilhões anuais aos nossos ditos credores internacionais. Mas S. Ex^a continua querendo enganar a população brasileira, neste momento, ao suspender a URP e dizendo que não haverá congelamento, não haverá congelamento de preços.

V. Ex^a falou — e falou bem — no Imposto de Renda. Fiz ontem um discurso nesta Casa mostrando que haverá uma correção a partir da OTN de janeiro. Só apresentaremos, a população brasileira, o nosso imposto de Renda em abril, aqueles que têm a pagar. E haverá o pagamento da OTN de janeiro. Então, quando formos pagar a primeira prestação, estaremos pagando com um mínimo de 40% a mais, altamente escorchantes, e, ao fim das 8 prestações, haverá um aumento de 2,7 vezes, ou seja, 170%.

Sr. Presidente, usam-se os argumentos os mais variados para tentar iludir a Nação brasileira a respeito das causas da grave crise econômico-financeira e social que o País enfrenta.

O Sr. Almir Gabriel — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouço, com grande satisfação, o aparte de V. Ex^a, Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Jamil Haddad, aduzo à argumentação de V. Ex^a o seguinte fato: na verdade, o que está sendo colocado como capaz de gerar uma despesa com o pessoal superior ao Orçamento da União é o fato de que o Orçamento da União foi calculado para este ano com uma inflação embutida entre 120 a 150%, e está sendo calculada sobre a folha de salário uma possível projeção da sua influência na URP de uma inflação de 350 a 400%. Então, na verdade, não está sendo projetada simultaneamente a mesma inflação para o Orçamento. Todas as pessoas que conhecem administração pública sabem que da inflação não resulta aumento paralelo dos impostos. No entanto, a diferença não é tão grande a ponto de ficar em 150% de crescimento o Orçamento e, em 400% a inflação. Este argumento que tem sido apresentado faz, mais uma vez, a perda da credibilidade deste Governo, que, apresentando isso, esconde, na prática, outro elemento que é determinado pelo FMI — a diminuição da demanda interna, à custa da compressão dos salários. Precisavam ter bastante seriedade para dizer que o projeto de exportação brasileira é indispensável para pagar as dívidas que os banqueiros externos querem, mediante o sacrifício do povo brasileiro, fazendo-o consumir menos arroz, menos feijão, menos as coisas indispensáveis para sua sobrevivência.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Almir Gabriel, o aparte de V. Ex.^a dá subsídios de grande valia ao meu pronunciamento. Agradeço a V. Ex.^a o brilhante aparte, que terei a honra de ver incluído no discurso que faço hoje à Casa.

Assim, Sr. Presidente, fica claro, revelado pelo próprio Governo, que as medidas arbitrárias que a Nova República tenta perpetrar contra o funcionalismo público, eliminando os reajustes salariais, em nome da redução do déficit público, não estão sustentadas por base técnica plausível. Muito pelo contrário.

Esta agressão ao funcionalismo, que depois se estenderá a todos os trabalhadores brasileiros, mais uma vez mostra o pouco caso que este Governo tem pelos trabalhadores e a sua nenhuma preocupação com um corte, sincero e efetivo, das despesas supérfluas e descabidas que horrorizam a Nação.

Não podemos responsabilizar o atual Governo pela dívida interna colossal existente, mas posso e devo, e acredito não estar sozinho nesta Casa, responsabilizá-lo pelo prosseguimento desta política de envenenamento externo que as forças que apoiavam a eleição de Tancredo Neves pretendiam acabar.

Nós, que ajudamos a construir o processo de transição democrática neste país, estamos assustados com a incompetência cotidiana deste Governo e com as sucessivas traições às classes trabalhadoras.

Sr. Presidente, junto com o pronunciamento que acabo de fazer, para que fique transcrito nos Anais do Senado Federal, estou mandando à Taquígrafia o texto do artigo de Sérgio Léo sobre a CPI de economia, publicado no *Jornal do Brasil* do dia 21-3-88.

Estou preparando um requerimento de informações ao Ministério do Trabalho, para que não fiquemos apenas com a notícia do jornal, para que tenhamos dados oficialmente entregues a esta Casa, através do Ministério do Trabalho, sobre essa realidade flagrante, que contradiz, violentamente, o Sr. Mailson da Nobrega que, na reunião da Comissão da Dívida Externa do Senado, declarou que foi o articulador, em 1983, do acordo com o Fundo Monetário Internacional, e reconhecia o Sr. Ministro que daquela época foi de consequências trágicas para o nosso País, mas que acreditava S. Ex.^a que, neste momento, o FMI era outro, tinha outra visão, e, depois de alguns dias, vi, nos jornais, S. Ex.^a declarar que estava próximo o acordo com o FMI, porque os mesmos elementos do passado, que os conheciam, estavam negociando novamente a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional.

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com muito prazer, nobre Senador.

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Nobre Senador Jamil Haddad, ouvimos com muita atenção o seu pronunciamento. Vemos no pronunciamento de V. Ex.^a uma grande coerência, sempre definindo-se, com muita precisão, no apoio e na defesa dos interesses das classes trabalhadoras e na defesa dos interesses nacionais. Gostaríamos de, neste aparte, apoiar as formulações de V. Ex.^a, especialmente no que diz respeito à descaracterização,

que bem apresentou V. Ex.^a, daquilo que o Governo, através do seu Ministro, vem apondo o salário dos trabalhadores como o fator ou como o ponto base responsável por um dos principais indicadores inflacionários. Esse discurso é velho e teve como principal câmara de repercussão os governos ditatoriais, quando se apresentava o salário dos trabalhadores como causa fundamental da inflação. Sem dúvida alguma, está no pagamento de uma dívida externa injusta e impagável o fator fundamental da inflação. Por quê? Se apreciarmos o montante, não do principal, mas somente dos juros, que hoje estão estimados em cerca de treze bilhões de dólares por ano, significa dizer que essa cifra é suficiente para esvaziar todo o saldo da balança comercial. Ai, sim, está o fator inflacionário fundamental. Todavia, não se aponta isto para a opinião pública nem se lhe abre esse debate. A causa da inflação não está nos salários da classe trabalhadora de uma maneira geral, pois o que se paga aos assalariados vai fortalecer o mercado interno, vai ampliar o mercado de consumo, retomando aos cofres públicos em forma de imposto, amplia a capacidade de compra dentro do mercado. Sem dúvida alguma, é isto que deve ser dito, na medida em que um Governo não define verdadeiramente a sua trajetória no compromisso com as massas do seu País, com os interesses nacionais mas se dobra, converte-se no defensor dos interesses das multinacionais e apresenta para a opinião pública o salário dos trabalhadores, que carregam este País com suor, com sangue, com lágrimas dos seus filhos, com produtividade em grande dificuldade, em condições péssimas de moradia, de alimentação, de transporte, porque o que ganha é para manter um trabalhador doente; é sobre esse trabalhador adoentado, esse trabalhador sem assistência médica, esse trabalhador sem moradia, esse trabalhador que recebe mal; é sobre o salário que ele ganha que apontam o responsável pela inflação. Não. O que se paga, o que se quer pagar aos banqueiros internacionais são os desvios da economia, e os favorecimentos, como bem disse V. Ex.^a, dos incentivos fiscais pagos indevidamente. Por isto, aproveito o aparte que faço ao discurso de V. Ex.^a para registrar o apoio que dou, integralmente, ao seu pronunciamento, às teses e às conclusões que dele tira. Agradeço pela oportunidade que me dá de formular este aparte no momento em que profere um discurso de tão grande interesse para os assalariados deste País e, sobretudo, na defesa dos interesses nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Lembro ao ilustre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. JAMIL HADDAD — Vou encerrar, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex.^a, Senador Aluízio Bezerra, o aparte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em 26 de fevereiro de 1988 completou-se um ano de intervenção do Banco Central no BANERJ. Neste momento, cabe aos funcionários desta combatida instituição, aos Sindicatos de Bancários de todo o País, ao povo, em geral, e a nós políticos, em particular, procurar avaliar o que foi conseguido por esta administração.

Pela terceira vez ocupo esta tribuna para denunciar as irregularidades observadas neste período de exceção e, ao invés de respostas bem fundamentadas às questões formuladas anteriormente, que venham a esclarecer satisfatoriamente a opinião pública, o que recebemos é um mutismo confirmador das reais intenções dos componentes da junta, ou seja, a privatização que visa a satisfazer o apetite insaciável de banqueiros particulares.

Os fatos levam, de forma inequívoca, a esta conclusão. Senão vejamos:

1 — Os interventores têm demonstrado total incapacidade em apurar as responsabilidades pelas fraudes e pelas falcaturas ocorridas em administrações anteriores, e com isso cobrar na justiça os valores em que o BANERJ foi lesado. Ninguém de boa-fé será capaz de admitir que esta incapacidade é real, principalmente se considerarmos que a maioria dos integrantes da junta é composta por homens que dedicaram sua vida profissional a atividade de fiscalização.

É evidente que fatos como os escandalosos financiamentos imobiliários ou como os empréstimos agrícolas que beneficiaram até mesmo fazendas fantasmas, estão devidamente levantados e documentados. Se o verdadeiro interesse fosse o de sanear, seus responsáveis já teriam sido levados à Justiça. Provavelmente a documentação comprometedor sobre estes e outros casos, como o do famoso Crédito Rural-Urbano, será guardada como trunfo para posteriores favorecimentos pessoais.

2 — O funcionalismo do BANERJ, sem dúvida, seu maior patrimônio, tem sofrido verdadeiros ataques terroristas que objetivam paralisá-lo pelo medo e pela ansiedade. Várias têm sido as provas desta repugnante estratégia, e dentre elas podemos citar:

— Fechamento do restaurante, conquista antiga e que, a custo muito baixo para a instituição, permitia uma alimentação condigna a milhares de funcionários cujos salários já de há muito se encontram aviltados.

— Severa punição dos grevistas que antes e durante o movimento sempre mostrara invulgar vontade de colaborar para o soerguimento da instituição, colocando-se num nível de exigências compatível com a realidade do momento. Todos os seus esforços neste sentido, entretanto, esbararam na intransigência comprometedor dos membros da Junta. Estas punições incluíram até demissões sob alegação de motivos nitidamente forjados.

— Fomento, através do silêncio absoluto e prolongado, de uma rede de boatos que visa desestabilizar psicologicamente todo o funcionalismo. Fala-se em demissões em massa, corte indiscriminado de comissões e contratos de prorrogação, transferências sem critério, aposentadorias compulsórias e tudo o mais que se possa imaginar. Sobre este assunto, recentemente começaram a aparecer nos órgãos de imprensa notícias atribuídas às mais diversas fontes, umas confirmando outras desmentindo, verdadeiros "balões de ensaios" que objetivam preparar a opinião pública minorando impactos das injustiças que estão sendo preparadas.

Observa-se, assim, que as únicas medidas concretamente tomadas pela junta para sanear o BANERJ concentram-se sob o elo mais fraco da

corrente, seu funcionalismo, que todos sabemos é o único inocente em todo este episódio. Querem nos fazer acreditar que é bastante o corte de despesas da folha de pagamento para que se devolva à Instituição o lugar de destaque que sempre ocupou. Economia sobre o funcionalismo, pois as mordomias da Diretoria continuam intactas. Repete-se monotamente a história.

Por que será que não se promovem as campanhas agressivas de captação, ao invés de constantemente veicular, através da grande imprensa, notícias que apenas promovem a desconfiança e o descrédito do público? Será que é assim que se viabiliza uma instituição tão importante e que agora em 15 de março completou 43 anos de bons serviços e de respeito ao público?

Resta falar do Governo do Estado do Rio de Janeiro, maior acionista da Instituição, que até então se manteve estrategicamente fora das discussões. Pela primeira vez, desde a sua posse, o Governo Moreira Franco oficializou sua posição, mesmo assim através de matéria paga, assinada pelo seu Secretário de Fazenda, publicada em 13-3-88.

Neste pronunciamento fomos mais uma vez contemplados com diversas acusações à administração da época do Sr. Leonel Brizola, porém todas, como sempre, evasivas e sem apresentação de nomes e/ou fatos. Por que será que estes nomes e estes fatos nunca são claramente citados?

A forma obscura com que vem sendo tratado este caso, torna impossível determinar se foi mero descuido ou proposta intencional, mas o fato é que pela primeira vez o Governo Estadual demonstra interesse em ter o BANERJ de volta, comprometendo-se publicamente a pagar a dívida do Banco após sua devolução completamente saneado.

O que até agora se viu foi o descumprimento de suas promessas de campanha de não demitir e de administrar o BANERJ junto com o funcionalismo, com a eleição de diretores oriundos do quadro funcional.

Os atos saneadores foram substituídos por ações terroristas e levianas. A apuração dos golpes e da má gestão foi trocada pela cumplicidade e pelos interesses políticos pessoais. O que esperar mais dos homens encarregados do saneamento?

— É hora, Governador, de dizer basta, e demonstrar suas reais intenções;

— É hora, Governador, de exigir a devolução da Instituição e cumprir suas promessas, pois tenha a certeza de que o corpo funcional do BANERJ é seu maior patrimônio. Ele saberá indicar os caminhos que realmente levarão a Instituição em direção à saúde financeira e à credibilidade pública.

Finalizando, desejo declarar que temos informações de que a atual administração do BANERJ, em mais um ato terrorista, estaria determinando a demissão de 30% dos funcionários, o que é uma injustiça inaceitável.

Conclamo as forças políticas do Estado que se unam para impedir mais esta monstruosidade contra essa Instituição que é o nosso Banco do Estado do Rio de Janeiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JAMIL HADDAD EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Economia

ESTUDO CONCLUI QUE SALÁRIO NÃO É A PRINCIPAL CAUSA DO DÉFICIT

Sérgio Léo

Brasília — O colapso nas contas do Governo é provocado pela crise no setor externo e pelo uso clientelista dos subsídios ao setor privado, e não pelos salários do funcionalismo, segundo estudo concluído esta semana, no Ministério do Trabalho, pelos economistas Sérgio Cutolo e Carlos Alberto Ramos, assessores da Secretaria de Emprego e Salários. Ao contrário do que apregoa a equipe econômica, a crise nas contas do Governo não é nova, nem os salários são os principais responsáveis, afirmam os economistas.

A escolha dos salários do funcionalismo para sofrerem o ajuste "impostergável" obedece a critérios políticos e não técnicos, como fazem crer os economistas do Governo. Segundo o estudo elaborado no Ministério do Trabalho, foi a crise no setor externo e o uso dos subsídios para sustentação política do Governo (uma velha "peculiaridade" brasileira, segundo os economistas) que "aniquilaram a capacidade de poupança do setor público, comprometendo a capacidade de crescimento do país".

Os gastos correntes com o consumo do Governo têm permanecido estáveis, de acordo com dados do IBGE compilados pelo estudo: as despesas de pessoal têm se mantido em torno de 7%

do PIB e o consumo total do Governo (incluindo a compra de bens e serviços) tem ficado em torno de 10% do PIB, abaixo do que eram no início dos anos 70. Já as despesas com juros da dívida interna e as transferências em subsídios ao setor privado subiram e, em alguns anos, chegaram a triplicar em relação ao início da década de 70.

Sérgio Cutolo e Carlos Alberto Ramos lembram que foi a combinação de uma receita de impostos, em ligeira queda nesse período, com um aumento das transferências (juros e subsídios) ao setor privado que reduziu a capacidade de investimento do Estado brasileiro. A receita líquida do Governo (receita total, excluída as transferências) passou de 17% do PIB, no começo dos anos 70, para cerca de 7% do PIB nos anos 1984 a 85, com reflexos negativos na poupança e no investimento do setor público.

A poupança do setor público caiu brutalmente a partir de 1973, quando era de 7% do PIB, para chegar a menos de 2% do PIB a partir de 1982. Em 1985, houve um déficit de 0,8% na poupança pública, que só se recuperou, com o Plano Cruzado, em 1986, quando chegou a 2% do PIB.

Para os investimentos, essa dança de números foi nefasta: enquanto nos anos 70 o setor público pôde aumentar os investimentos sem recorrer à poupança privada, nos últimos anos o Governo assistiu à queda em sua capacidade de investir — de 4,4% do PIB em 1970, a capacidade de investimento do setor público chegou a 1,8% em 1983, seu nível mais baixo, e a 2,5% do PIB em 1986.

Remuneração média de alguns órgãos públicos

órgãos	CZ\$
Ministério da Educação	17.396,00
Ministério do Interior	40.211
Ministério da Fazenda	82.909
Ministério Público	146.573
Consultoria Geral	146.191
IAA	144.458
ESG	29.267
SUNAB	47.328
Ministério do Trabalho	21.423
Ministério da Marinha	18.708,55

Fonte: Secretaria de Administração Pública (SEDAP) da Presidência da República.

Despesas Correntes do Governo

Anos	Pessoal	Bens e Serviços	Total
1970	8,29	3,03	11,2
1970	8,23	2,78	11,01
1972	7,91	2,80	10,71
1973	7,34	3,07	10,41
1974	6,78	2,86	9,74
1975	7,46	3,18	10,64
1976	7,15	3,35	10,54
1977	6,58	2,87	9,45
1978	6,31	2,76	9,67
1979	6,89	2,88	9,77
1980	6,18	2,83	9,01
1981	6,40	2,84	91,24
1982	7,40	3,10	10,50
1983	6,56	3,02	9,58
1984	5,63	2,61	8,24
1985	6,82	2,85	9,70
1986*	7,00	3,00	10,00

Fonte: IBGE

CRITÉRIO DE AUMENTO NÃO É TÉCNICO

A equipe econômica do Governo está errada em tratar o aumento dos salários do setor público como problema técnico, porque ele é de natureza política, garante o estudo concluído esta semana no Ministério do Trabalho. Ele afirma que os principais responsáveis pelo aumento nos gastos com o funcionalismo foram as brutais distorções salariais promovidas no setor público. Um exemplo: os salários do Ministério da Educação ficaram em média em torno de Cz\$ 17 mil em fevereiro, enquanto a média de salário no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e na Consultoria Geral da República passou de Cz\$ 140 mil.

Os salários do setor público não atendem a critérios técnicos, como "produtividade", mas refletem o poder de barganha de cada grupo de burocratas dentro do Governo, acusa o estudo, feito pelos economistas Sérgio Cutolo e Carlos Alberto Ramos. Eles constataram que, desde 1976, as sucessivas tentativas de contenção de salários foram contornadas com gratificações e vantagens "extrasalários", que fazem com que, por exemplo, o salário de referência de um consultor jurídico da União seja apenas 12% do que ele recebe realmente, com as gratificações. Mesmo assim, segundo o estudo, as remunerações de nível médio estão hoje, em média, entre 28% e 30% abaixo do que eram em 1976.

"A antipolítica de recursos humanos do Governo fez os salários perderem seu significado para inúmeras categorias de servidores", concluem os economistas. Através de gratificações, como indenização de habitação policial e gratificação por função policial, por exemplo, um funcionário de carreira da Polícia Federal aumenta em até 300% seu salário-referência. Um auditor fiscal do Tesouro Nacional em quase 400% acima de seu salário-referência por gratificação com desempenho, produtividade e auxílio-moradia.

Dessa forma, a carreira de nível médio na Polícia Federal tem remuneração total oito a três vezes e meia maior do que a média do restante do pessoal de nível médio; no Tribunal de Contas da União, um funcionário desse nível, que trabalha na fiscalização das contas do Governo, ganha duas a quatro vezes mais que a média; e um técnico do Tesouro Nacional tem o dobro dos salários pagos, em média, aos outros técnicos.

"A carreira de nível superior também é pródiga em distorções: em relação à média, um assistente jurídico ganha duas a quatro vezes mais; um auditor fiscal do Tesouro recebe de três a quatro vezes mais; e um policial federal de nível superior tem salários duas a cinco vezes maiores. Na média, as menores remunerações de nível superior cresceram 4% em relação a 1976; e as maiores caíram 3,54%.

O levantamento feito pelos economistas mostra que, apesar do tradicional "empreguismo clientelista" no setor público, usado para "promover a base de sustentação do

Governo", o efeito econômico das contratações foi pequeno nos últimos três anos, quando os quadros de pessoal cresceram cerca de 7% para as empresas estatais e 4% na administração direta e autarquias. Nesse período, o emprego no setor formal da economia (empregados com carteira assinada) aumentou quase 10%.

Os salários, segundo o estudo, mantiveram um perfil semelhante ao do setor privado, com a concentração de 51% dos funcionários nas faixas de até três salários mínimos e apenas 3,2% com mais de 15 salários mínimos. No setor formal esses percentuais são 59% e 3,65%, respectivamente. O problema, segundo os estudos, foi a concessão de benefícios e gratificações a alguns setores do funcionalismo em 1987, forma que o Governo encontrou para garantir sua base de apoio em um ano de instabilidade política.

O mesmo *Diário Oficial* em que, em junho, se publicou o Plano Bresser, congelando preços e salários, trouxe, também, dois decretos-leis concedendo gratificações aos consultores jurídicos da União e aos membros do Poder Judiciário. A concessão de benefícios de forma "pouco criteriosa e arbitrária" provocou constrangimento no governo, que, segundo afirmam os economistas, acaba estendendo algumas dessas vantagens ao restante do funcionalismo. Para avaliar como conter o estouro de suas contas, o governo deveria levantar o custo real desses atos administrativos autorizados no ano passado, recomendam Sérgio Cutolo e Carlos Alberto Santos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, como Líder do PFL.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O discurso pronunciado pelo meu ilustre amigo e eminente Senador Albano Franco vai alcançar a necessária repercussão, tendo em vista a televisão que aqui esteve presente, e várias estações de rádio. Portanto, é um discurso que vai correr por este Brasil afora.

Quero, neste momento, ratificar todas as restrições que fiz ao seu pronunciamento, uma vez que S. Ex^a disse que vinha exigir e cobrar atitudes do Presidente da República. Disse que S. Ex^a não deveria fazer isto, porque o Senhor Presidente sabe e tem condições de decidir quando e como deve fazer. Ora, verificamos durante o discurso do eminente Senador e Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que sua base fundamental era a cobrança e a exigência. Esperei o discurso até o seu término e não vi nenhum item referente a qualquer cobrança, não vi nenhum item defendendo qualquer exigência. Então, é um discurso bonito, sincero, honesto, mas vazio, porque não sabemos o que pretende exigir. Além do mais os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte não terminaram, estão a meio, não sabemos, até hoje, quais os reflexos que terão na economia brasileira as medidas de ordem econômica, financeira e social já aprovadas e por aprovar. Vimos, por exemplo, as classes produtoras reclamarem muito, através dos jornais, com

pronunciamentos, sobre as medidas sociais que a Constituinte já aprovou. São reclamações de toda ordem e a Constituinte ainda não chegou ao seu fim. O que quer a classe produtora? É isto que precisamos saber. É muito bom dizer que quer exigência, que quer um posicionamento, mas qual é o posicionamento? O que eles desejam? Será que é o direito de continuarem etiquetando, a toda hora, o preço das mercadorias? Será que é continuar a Autolatina a exportar a preço baixo, veículos automotores? Quando o preço pago por nós brasileiros, que damos a mão-de-obra barata para a feitura desses veículos é de duas ou três vezes mais que o preço de exportação? Quais serão as medidas que estão a exigir as classes produtoras?

Precisamos ser claros Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não se pode ficar no vazio. Que tragam, realmente, diante da opinião pública, aquilo que desejam. Desejam que se diminua o número de trabalhadores? Desejam que se façam cortes na economia das estatais? Desejam congelamento dos salários ou que não se aumentem mais os salários? Desejam congelamento de preços? Ou desejam que o preços fiquem livres?

Isto é o mais que entenderem é o que devem dizer. Isto é o que devem vir esclarecer perante a opinião pública, como co-responsáveis no desenvolvimento, na quietude e na tranquilidade do País.

Não é possível ficarem a reclamar sem dizer o que querem. Todas as medidas que saem, sejam elas quais forem, de imediato vem uma cobrança, vem uma oposição e vem uma opinião negativa e uma opinião diferente.

Precisamos sair deste vício. Não quero, nesta oportunidade, entrar no miúdo, como foi feito aqui, do discurso do eminente Senador Albano Franco. Ouvi aqui, que se reclamava porque o Governo concedeu benesses ou deu auxílios para municípios da Bahia e não concedeu para outros do mesmo Estado. Será que uns municípios são baianos e outros não o são? Isto não pode continuar. Este País necessita de tranquilidade. Devemos ter sangue frio, ter a cabeça no lugar, no sentido de encontrar um caminho para evitar a desordem, a anarquia, e, sobretudo, o sofrimento do povo brasileiro.

Disse o eminente Senador Albano Franco, por quem tenho a maior admiração, que não é a questão dos salários que influi hoje nos preços das mercadorias, que é muito mais a questão tributária. Muito bem, vamos ver qual é a questão tributária, vamos ver o que está acontecendo, por que isso está contribuindo para o custo elevado das mercadorias e vamos ver o que se faz com os salários, se eles aceitam a melhoria dos salários, se aceitam as medidas sociais que a Constituinte está dando e transformando em lei. Este é um ponto muito delicado.

A minha tristeza e a minha admiração, quanto ao conteúdo do discurso, é que S. Ex^a não trouxe uma proposição, não trouxe uma só palavra de o que as classes trabalhadoras desejam. Precisamos debater o de que eles necessitam. Quais são essas condições essenciais para que este País se desenvolva, a fim de sairmos dessa luta diária, do diz-que-diz e cada um "puxando uma brasa para a sua sardinha". Vamos todos colocar no tabuleiro da mesa as nossas idéias, os nossos princípios e vamos ver o que se está realmente,

querendo fazer. Não podemos esperar que este País vá para a frente se cada um defende exclusivamente os seus interesses pessoais, os interesses de quem quer que seja. Chegou a hora da verdade.

Temos a continuação do regime presidencialista, por quê? Porque o regime presidencialista foi escolhido pela decisão dita soberana da Assembleia Nacional Constituinte. O prazo de duração de mandato para os novos Presidentes da República foi definido em cinco anos. O prazo para o atual Presidente da República ainda não foi definido, porque vai sê-lo nas Disposições Transitórias. Será que essa cobrança tem algum relacionamento com o prazo de vigência do mandato do atual Presidente da República? Não, não pode ser, não acredito. Acredito que o discurso foi feito com toda sinceridade, com toda honestidade, com toda capacidade, mas foi um discurso que não trouxe nenhum dado, nenhum elemento para que se possa começar a trilhar o caminho que todos esperamos.

Não quis deixar passar em branco o discurso do nobre Senador Albano Franco que terá grande repercussão, pois foi televisionado e foi transmitido pelo rádio, fato, aliás, pouco comum no Senado, e quem escuta não sabe o que S. Ex.^a está cobrando, pois não diz o que cobra. Era preciso que S. Ex.^a e as classes produtoras externassem o que desejam, o que está incomodando, porque vemos a toda hora nos jornais uma diferenciação de interesses em cada grupo, em cada ramo. Constatamos a mudança de idéias, de princípios de cada um dos representantes da mais alta cúpula das classes produtoras. Então, é necessário que se unam. É preciso que haja uma seriedade, que haja um objetivo, e que o tragam para discussão ou o levem ao Presidente da República e ao Ministro da Fazenda: "as classes produtoras desejam isso, assim, assim". E que assumam a responsabilidade, não esperem, não digam por trás que isso ou aquilo está incomodando o País. E na hora em que sai a medida, as reclamações vêm e tomam as soluções cada vez mais difíceis.

Portanto, Sr. Presidente, fica registrado em rápidas palavras o nosso posicionamento, na certeza de que é necessário que haja uma compreensão, espírito público, desprendimento e patriotismo para que este País possa continuar a desenvolver as suas riquezas, a inteligência do seu povo e, sobretudo, dar a todos nós a tranquilidade de que precisamos e a melhoria de vida em todas as classes sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Afonso Arinos — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS (PFL — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — O nobre Senador João Menezes, meu velho amigo, teve a palavra como Líder do PFL.

Fui eleito, no Rio de Janeiro, pelos dois Partidos, pelo PFL e pelo PMDB, naquilo que se chamou de Aliança Popular Democrática. Portanto, quero declarar que não concordo com a posição ou com a colocação feita pelo nobre Líder do meu Partido. Neste ponto, divirjo. Como creio que no

fim da sessão não poderei dar as razões necessárias para justificar esta divergência, ocuparei a tribuna do Senado e a paciência dos meus Colegas em um momento mais oportuno, para fazer, então, uma declaração que corresponda, realmente, à posição minha como Senador do Estado do Rio de Janeiro eleito pelos dois Partidos.

Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 1988

Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência e funcionamento das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar nos hospitais do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o Todos os hospitais do País são obrigados a constituir e a fazer atuar uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, composta por membros do corpo clínico, laboratorial, de enfermagem, da farmácia e da administração.

Art. 2.^o A Comissão de Controle de Infecção Hospitalar terá a função de:

- a) proceder à vigilância epidemiológica das infecções hospitalares, através da coleta, estocagem, análise e divulgação de dados;
- b) propor medidas de profilaxia e controle das infecções hospitalares;
- c) treinar grupos de ação;
- d) propor, elaborar e implementar normas técnico-administrativas visando à redução dos níveis de infecção hospitalar;
- e) proceder à escolha dos germicidas a serem usados no hospital;
- f) enviar relatórios semestrais da incidência de infecção hospitalar para o setor competente do Ministério da Saúde.

Art. 3.^o A Comissão de Controle e Infecção Hospitalar deverá reunir-se no mínimo duas vezes por semestre, com registro em livro de ata.

Art. 4.^o O cumprimento desta lei será fiscalizado pelas Secretarias Estaduais de Saúde.

§ 1.^o O descumprimento desta lei implicará notificação do infrator pela autoridade competente.

§ 2.^o Nos casos de reincidência, aplicar-se-ão, sucessivamente, as seguintes penalidades:

- I — multa de 50 salários-referência;
- II — multa de 500 salários-referência;
- III — interdição do hospital.

Art. 5.^o Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Justificação

O ambiente hospitalar é, por definição, típico para o desenvolvimento das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Não é admissível que o ambiente hospitalar adicione um componente mórbido à doença que conduziu o paciente ao hospital. No entanto, as infecções hospitalares, seguindo a tendência mundial, vêm sofrendo uma elevação no Brasil, atingindo, por vezes, níveis acima de 34,5%, com uma mortalidade que atinge os 72%. A incidência estimada das

infecções hospitalares em nosso País situa-se na faixa de 283.000 a 911.000 casos/ano, o que é absolutamente inaceitável. A instituição das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar em cada hospital foi identificada pelos técnicos da área como a melhor forma de profilaxia e controle das infecções hospitalares, razão pela qual a propomos neste projeto de lei.

Sala das Sessões, 24 de março de 1988. — **Jutahy Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para justificar o projeto de lei que acaba de ser lido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil é vítima histórica de importantes aberrações, no que tange à distribuição de oportunidades e riquezas, sofrendo as consequências da concentração de renda e de bens nas mãos de ínfima parcela da população.

Como consequência direta, em função de uma precariedade alimentar, de condições subumanas de moradia, da oferta insuficiente de empregos, da carência a nível educacional, entre outros aspectos, caracterizando a nossa colcha-de-retalhos sócio-econômica, a população brasileira sempre mostrou indicadores de saúde os mais vergonhosos, com uma mortalidade infantil que, em certas áreas do Nordeste, supera as 300 mortes por 1.000 nascimentos com vida, sendo que a média geral situa-se em torno de 80 por 1.000.

Em coerência com este quadro, Srs. Senadores, a distribuição de médicos no País mostra-se totalmente incoerente do ponto de vista da necessidade pública e mesmo do ponto de vista pecuniário. Assim sendo, o Brasil tem uma média de 1,25 médicos por 1.000 habitantes, considerada insuficiente. No entanto, a região Nordeste apresenta uma média de apenas 0,477 médico por 1.000 habitantes. Paradoxalmente, o País apresenta um número ridículo de enfermeiras: apenas 0,18 por 1.000 habitantes. Além disto, o País conta com 3,97 leitos por 1.000 habitantes, contra 5,4 da Argentina, 5,7 do Uruguai, 6,8 dos Estados Unidos e 8,5 do Canadá. Isto sem contar toda a insuficiência do sistema hospitalar, onde a ausência de integração, de regionalização, de hierarquização, em associação às duplicações típicas de administração em nosso País, sobrecarrega os cofres públicos e reduz drasticamente a eficiência do sistema de saúde.

Neste contexto, constata-se, no Brasil, a réplica da tendência mundial de ascensão na incidência de infecção hospitalar (IH). Apesar de o hospital ser um ambiente, por definição, infectado, não é admissível que alguém possa morrer aí de uma infecção da qual não era, primariamente, portador.

Apesar dos progressos ocorridos nas últimas décadas, no que diz respeito à esterilização, à assepsia, à imunização, à quimioterapia, à antibiótico-profilaxia, aos desenhos das plantas físicas, às instalações sanitárias, ao fluxo hospitalar, ocorre 68% de IH nas unidades de grandes queimados; 28 a 34% de IH nas UTI; 9 a 24% de IH nas unidades de cirurgia cardiovascular, em hospitais de bom padrão.

O aumento na incidência de IH nos hospitais parece ser devido a fatores como: a) uso indiscriminado de antibióticos de amplo espectro, com o surgimento de cepas resistentes no ambiente nosocomial; b) redução da mortalidade geral, em países desenvolvidos, com o aumento da idade média da população, com resultante elevação na incidência de doenças crônico-degenerativas, como o câncer e outras imunodeficiências. Nos Estados Unidos, a incidência de IH é monitorizada pelo National Nosocomial Infection Study (NNIS) em 81 hospitais-piloto, desde 1970. A incidência no ano de início dos estudos foi de 3,1%, ascen-

dendo, posteriormente, para 3,8% até a presente data.

No Brasil, os dados estatísticos sobre IH são parciais, provenientes de hospitais de bom padrão que foram envolvidos neste estudo. O potencial, segundo Zanon (1987), de IH no País situa-se na faixa que vai de 283.000 a 911.000 casos/ano, resultando em 48.000 a 150.000 óbitos, o que é absolutamente intolerável.

O acompanhamento da incidência de IH em 14 hospitais brasileiros mostrou uma média atual de:

Taxas médias	Mínimas	Médias	Máximas
Clínica médica	2,1%	7,4%	13,2%
Clínica cirúrgica	1,7%	4,3%	10,2%
Clínica obstétrica	1,5%	1,6%	1,8%

A faixa máxima de infecção tem chegado a 34,5%, e a mortalidade situa-se em torno de 0,9 a 7,2%.

Noventa por cento da IH tem as bactérias como etiologia básica; 9% são provocadas por fungos; e 1% por vírus, protozoários e outros parasitas. No Brasil, a *Escherichia coli* é a maior responsável por IH (36,38%) dos casos totais (nos EUA, 20%); o *Staphylococcus aureus* situa-se em segundo lugar, com 12,7% (EUA, 10,7%); em seguida, vem o *Klebsiella* sp., com 8,34% (EUA, 6,7%); o *Staphylococcus epidermidis* com 5,36% (EUA, 8,9%); e o *Pseudomonas* sp., 5,13% (EUA, 8,44%).

Sr. Presidente, como consequência da elevação das IH, podemos enumerar: a) tensão emocional, sofrimento desnecessário, desestruturação de família do paciente; b) incapacitação pessoal por período desnecessariamente longo; c) prejuízo pessoal e familiar; d) prejuízo para o Sistema de Saúde e Previdenciário; e) morte. A American Hospital Association estima um aumento de 11.500.000 dias/hospitais para cada 1.500.000 pacientes com IH por ano, resultando num prejuízo global de 110 milhões de dólares/dia.

No Brasil, o problema do controle da IH está previsto em diversos dispositivos legais, seja direta seja indiretamente, a partir da Lei nº 6.229, de 17-7-75, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Saúde. O Decreto nº 77.052, de 19-1-76, que dispõe sobre a fiscalização sanitária do exercício das profissões afins à área de saúde dispõe:

"Art. 1º ...verificação das condições de exercício de profissões e ofícios técnicos e auxiliares relacionados diretamente com a saúde por autoridade sanitária..."

"II — adequação das condições de ambiente onde se processa o atendimento profissional porque a prática desta ação visa à promoção, proteção e recuperação da saúde;"

"IV — ...meios eficazes de proteção capazes de evitar os efeitos nocivos à saúde dos agentes, dos doentes, dos pacientes e dos circunstâncias..."

A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, estabelece, em seguida, as penalidades às infrações à legislação sanitária. Depreende-se, portanto, que o arcabouço legal de proteção social contra a

IH está razoavelmente estruturado. Resta-nos atribuir um mínimo de eficiência e continuidade à atividade fiscalizadora do Ministério da Saúde e, principalmente, das Secretarias Estaduais de Saúde.

Srs. Senadores, em 1983, o Ministério da Saúde, seguindo a tendência mundial, decidiu reforçar a vigilância sobre as IH, convocando uma Comissão de técnicos no assunto para reestudá-lo. Desta comissão, da qual resultou a Portaria MS nº 196, partiram os seguintes princípios doutrinários.

As IH são, via de regra, complicações que acometem pacientes graves, terminais ou imunodeprimidos.

Algumas IH são inevitáveis, como, por exemplo, em uma apendicite supurada. A elevada incidência de IH nem sempre é tradução da má qualidade do hospital, parecendo, simplesmente, refletir a existência de pacientes graves na clientela ou a manipulação rotineira de feridas infectadas.

Um programa especial de controle das IH deve integrar:

Vigilância epidemiológica através da identificação da ocorrência, determinação da causa e proposição de medidas técnico-administrativas cabíveis por uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), composta por: representante do corpo médico; representante dos laboratórios; representante do corpo de enfermagem; representante dos médicos residentes; representante da farmácia hospitalar; representante da administração.

Controle do estado geral dos pacientes e dos procedimentos agressivos e imunossupressivos.

Aplicação de técnicas de assepsia, anti-sepsia, antibioticoterapia e antibioticoprofilaxia. A CCIH escolherá o germicida de melhor atuação, baseada, de modo geral, na Ordem de Serviço nº 44.1, de 30-4-78, do Inamps;

Não existe solução universalmente eficaz no controle da IH, seja tecnológica, seja arquitetônica. Os casos devem ser estudados em suas particularidades pela CCIH que gerará as soluções.

É imprescindível a manutenção de um banco de dados centralizado, para que o Ministério da Saúde possa ter acesso às condições nacionais de controle da IH. O Inamps, através da Dataprev, introduziu um programa de vigilância epidemio-

lógica no âmbito daquele órgão. A Sociedade Brasileira de Microbiologia, além disto, criou um programa para computador, visando a controlar a incidência de infecção por agente causal e a resistência aos antibióticos — Projeto COBA.

Em função do exposto, acreditamos que o projeto de lei, que hoje apresentamos, preenche as lacunas legais no que concerne ao controle das infecções hospitalares. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O projeto lido e justificado pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, vai à publicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Algumas pesquisas feitas por entidades idôneas estimaram que cerca de dez por cento das transfusões de sangue feitas em São Paulo utilizam sangue chagásico. Nos grandes hospitais o doador é examinado previamente e, constatada a doença de Chagas, utiliza-se, então, a violeta-de-genciana, uma substância sintética que elimina o parasita *Trypanosoma Cruzi*, protozoário causador da doença. Porém, a eficiência da violeta-de-genciana não está totalmente confirmada para todos os tipos de protozoários.

Essa doença ataca mais de cinco milhões de brasileiros, causando dezenas de milhares de morte anualmente. A Universidade de Minas Gerais desenvolve um programa de pesquisas, coordenado pelo parasitologista, Dr. Jarbas Eustáquio Cardoso, onde já foram pesquisadas cerca de 1.900 plantas, em busca de uma droga para combater esse mal.

Duas plantas, cujos extratos se mostraram eficazes contra o *Trypanosoma cruzi*, estão recebendo especial atenção. Em pesquisas realizadas em camundongos, por aplicação do extrato no sangue retirado do animal ou ministrada a droga por via oral, estão oferecendo resultados animadores.

Como todas as pesquisas brasileiras, exceto a do programa nuclear paralelo, recebem uma dotação de verbas insuficiente, solicito a atenção do Sr. Ministro da Saúde para essa pesquisa da UFMG que, imagino, também deverá carecer de recursos mais abundantes e, em se tratando do mal de Chagas, é uma pesquisa prioritária no Brasil.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 3 de setembro de 1987, proferi, no Senado Federal, discurso solicitando o imediato encaminhamento e a execução do projeto elaborado sob a orientação técnica do professor Doutor Aloysio Campos da Paz Junior, visando a construção de um novo hospital especializado na pesquisa e tratamento das doenças do aparelho locomotor.

A proposta de localização do referido hospital, em Salvador, surgiu depois de uma criteriosa aná-

lise dos fatores técnicos, econômicos e sociais que tornaram imperativa a construção de uma instituição altamente especializada, em Salvador, capaz de servir de suporte técnico e assistencial à rede hospitalar do Nordeste, de onde se irradiaria, da Bahia para toda a região, os benefícios decorrentes do seu funcionamento.

Naquele meu citado pronunciamento, assinalai a essencialidade desse impostergável empreendimento como imperativo para a melhoria das condições de saúde de todo o Nordeste.

De fato, ninguém ignora que um terço da nossa população, ou seja, mais de quarenta milhões de brasileiros disseminados numa área correspondente a 18,2% da superfície total do País, exige desde longa data, a construção de um empreendimento semelhante ao que funciona, em Brasília, com reconhecida eficiência, o Hospital Sarah Kubitschek, mantido pelo Instituto Nacional de Medicina do Aparelho Locomotor, integrante da Fundação das Pioneiras Sociais, criada pela Lei nº 3.736, de 22 de março de 1960, supervisionada pelo Ministério da Saúde e, aliás presidido desde 1981 pelo Doutor Aloysio Campos da Paz Junior, cujo notável desempenho no exercício da presidência da entidade, projetou-o no cenário nacional.

Atento à transcendental importância do projeto, relatei, naquele pronunciamento, a atuação infatigável do doutor Aloysio Campos da Paz no sentido da captação de recursos para concretização do projetado hospital, tendo os Ministérios da Saúde e da Previdência encaminhado à Seplan uma proposta específica de liberação de recursos no montante de Cz\$ 257 milhões de cruzados, à conta do Finsocial.

Na mesma ocasião formulei um veemente apelo aos ilustres Ministros de Estado da Saúde, Professor Roberto Santos, e da Previdência Social, Doutor Raphael de Almeida Magalhães, que atenderam de imediato, ao nosso apelo e apoiaram, com entusiasmo, a concretização do projeto, em virtude da excepcional importância que o caracteriza no campo vital da assistência hospitalar especializada, voltada, sobretudo, para o atendimento dos segmentos mais pobres e carentes das populações nordestinas.

Agora, assumo a tribuna do Senado Federal para formular mais um novo e veemente apelo, desta vez dirigido ao Ministro de Estado do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves.

É que o projeto elaborado prevê a utilização de pequenas áreas de propriedade do Ministério do Exército, considerada tecnicamente imprescindível à sua execução, motivo pelo qual dirijome ao eminente Ministro Leônidas Pires Gonçalves no sentido de que examine a possibilidade de autorizar o aproveitamento da mencionada área.

Toda a Nação conhece e acompanha com respeito e sincera admiração, o enérgico, lúcido, tranquilo e desassombrado desempenho do Ministro do Exército que vem se dedicando, com patriotismo e exemplar probidade, à sua decisiva missão, no que tange à manutenção da ordem e defesa da Segurança Nacional, nesta difícil fase da conjuntura política, econômica e social da Nação, caracterizada como de transição e consolidação da democracia, nos parâmetros do estado de direito — aspiração maior do povo brasileiro.

Acredito que a extraordinária sensibilidade política e profundo interesse no concernente à solução dos problemas do desenvolvimento social do País — que o Ministro Leônidas Pires Gonçalves sempre revelou, durante sua brilhante trajetória como um dos valores exponenciais das nossas gloriosas Forças Armadas — muito contribuirão para assegurar uma decisão favorável do eminente Ministro do Exército no concernente ao atendimento deste nosso apelo que, na verdade, reflete uma das maiores aspirações do Nordeste.

Eram estas observações que me pareceram oportunas, à margem da construção do Hospital para as Doenças do Aparelho Locomotor, projetado para Salvador. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De acordo com o § 3º do art. 180 do Regimento Interno, a Presidência suspenderá a sessão por 10 minutos, fazendo acionar as campainhas, a fim de que se restabeleça o **quorum** mínimo para o funcionamento da sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12 horas e 52 minutos, a sessão é reaberta às 12 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está reaberta a sessão.

Continua evidente a falta de **quorum**.

As matérias constantes da Ordem do Dia, todas em fase de votação, ficam adiadas.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se terça-feira, dia 29, às 10 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1985 (nº 98/85 na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha ao acordo de 25 de junho de 1960, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 1984, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1, de 1988, da Comissão — **de Relações Exteriores**.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1985 (nº 94/85 na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do adendo, ao acordo para funcionamento do Escritório de Área da Organização Panamericana da Saúde — OPAS/Organização Mundial da Saúde — OMS, no Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Panamericana, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 1984, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1986 (nº 120/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e afins do Atlântico, aprovado pela Conferência de Plenipotenciários, em 9 e 10 de julho de 1984, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 24, de 1988, de autoria do Senador Nelson Wedekin, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da carta de sua autoria ao jornal **O Estado de S. Paulo**, respondendo a críticas formuladas contra o Deputado Ulysses Guimarães pelo Senhor Mauro Chaves, publicadas na edição de 10 de março de 1988 daquele jornal.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 56 minutos.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 11, de 1988

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista a necessidade de reduzir as despesas de pessoal, resolve:

Art. 1º Durante os meses de abril, maio e junho de 1988 as gratificações de que tratam os incisos II e XIII do art. 406, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, terão, para cada servidor, valores iguais aos percebidos no mês de março de 1988, vedada a incidência de reajustes de qualquer natureza sobre os referidos valores.

Art. 2º A partir do pagamento referente ao mês de abril de 1988, nenhum servidor do Senado Federal perceberá vencimento ou salário bruto, acrescido das vantagens próprias do cargo ou emprego, que exceda a remuneração bruta máxima percebida por Assessor Legislativo, da Parte Especial, ocupante de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores no mês de fevereiro de 1988.

Parágrafo único. Sobre a remuneração—limite mensal estabelecida neste artigo não incidirão, nos meses de abril, maio e junho de 1988, reajustes de nenhuma ordem.

Art. 3º Aplicam-se as disposições deste Ato aos servidores do Prodasen e do Cegraf que estejam lotados fora dos respectivos órgãos de origem.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 18 de março de 1988. — **Humberto Lucena** — **José Ignacio Ferreira** — **Lourival Baptista** — **Jutahy Magalhães**, vencido. Votei a favor da proposta que apresentei. — **Odaci Soares** — **Dirceu Carneiro** — **Francisco Rollemberg** — **Aluizio Bezerra**.

ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião Extraordinária da Comissão Diretora realizada em 18 de março de 1988

Às dez horas do dia dezoito de março de 1988, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, sob a

Presidência do Senhor Senador Humberto Lucena, Presidente, com a presença dos Senhores Senadores: Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente; Jutahy Magalhães, Primeiro-Secretário; Odacir Soares, Segundo-Secretário; Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário; Francisco Rollemberg e Aluizio Bezerra, Suplentes, e, ao final da reunião, José Ignácio, Primeiro-Vice-Presidente.

Participaram, ainda, da reunião, na condição de convidados os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Líder do Governo no Senado Federal, Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB no Senado Federal e os Presidentes da Assefe — Associação dos Servidores do Senado Federal, Vicente Cristino Filho, e da Unissef — União dos Servidores do Senado Federal, Mauro Dantas.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jutahy Magalhães que apresenta a exame do Colegiado os seguintes assuntos:

1) Proposta de Ato da Comissão Diretora visando a manter, nos valores referentes ao mês de março de 1988, as indenizações de Encargos Gerais de Gabinete, Auxílio-Moradia e Auxílio-Transporte no Distrito Federal a serem pagas aos Senhores Senadores, nos meses de abril, maio e junho de 1988. Submetida ao Plenário da Comissão Diretora, a matéria é aprovada, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

2) Proposta de Ato da Comissão Diretora para reduzir as despesas com pessoal, nos seguintes termos:

"A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista a necessidade de reduzir as despesas de pessoal, resolve:

Art. 1º A partir de 1º de março de 1988, é vedada a percepção da gratificação a que se refere o art. 406, inciso II, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, pelos servidores ocupantes de cargo ou emprego em comissão, de cargo ou emprego com remuneração equivalente ou equiparada à de cargo ou emprego em comissão e de cargo de provimento efetivo cuja representação mensal integre o vencimento básico.

Art. 2º Ao ocupante de cargo ou emprego que perceba a gratificação referida no art. 406, inciso XII, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, ou retribuição equivalente ou equiparada à dos servidores que fazem jus à referida gratificação, é vedada a convocação para execução das tarefas de que trata o art. 408 do Regulamento Administrativo do Senado Federal por período superior a 60 horas mensais.

Parágrafo único. Durante os meses de abril, maio e junho de 1988, a gratificação de que trata este artigo será devida em valor igual à metade do percebido no mês de março de 1988, vedada a incidência sobre o mesmo de reajuste de qualquer espécie.

Art. 3º A gratificação referida no art. 406, inciso XIII, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, terá, durante os meses de abril, maio e junho de 1988, valor igual ao percebido no mês de março de 1988, vedada a incidência de reajustes de qualquer natureza sobre o referido valor.

Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos ou empregos pertencentes a categorias funcionais de Nível Médio — NM, ou com retribuição a ela equiparadas ou equivalentes, aplica-se o disposto neste artigo, em idênticas condições e por igual período, no que se refere à gratificação de que trata o inciso II, do art. 406, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.

Art. 4º A partir de 1º de abril de 1988, nenhum servidor do Senado Federal perceberá vencimento ou salário bruto, acrescido das vantagens próprias do cargo ou emprego, que exceda à remuneração bruta máxima percebida por Assessor Legislativo, ocupante de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores no mês de fevereiro de 1988.

§ 1º Sobre a remuneração-limite mensal estabelecida no caput deste artigo não incidirão, nos meses de abril, maio e junho de 1988, reajustes de nenhuma ordem.

Art. 5º A Subsecretaria de Administração de Pessoal efetuará as alterações nos

contracheques dos servidores abrangidos pelas disposições deste Ato.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário."

Colocada a proposta em discussão, o Senhor Senador Lourival Baptista pede vista da matéria, e apresenta, após seu exame, substitutivo que, submetido a votação, recebe voto favorável do autor e dos Senhores Senadores Odacir Soares, Francisco Rollemberg e Aluizio Bezerra e contrário dos Senhores Senadores Jutahy Magalhães e Dirceu Carneiro. Aprovado o substitutivo, é assinado o respectivo Ato, que vai à publicação.

3) Relação apresentada pela Subsecretaria de Administração de Pessoal, demonstrando a existência, no cadastro de dependentes utilizado para efeito de Assistência Médica, de algumas irregularidades, em especial quanto a viúvas de ex-servidores e ex-senadores, que constam como dependentes de servidores. Discutida a matéria, é aprovada a eliminação dos cadastramentos irregulares.

A seguir, o Diretor-Geral apresenta ao Plenário Proposta de Ato da Comissão Diretora que fixa os valores a serem cobrados dos Senhores Senadores, a título de ocupação dos imóveis funcionais, nos meses de abril, maio e junho de 1988. A matéria é discutida e aprovada pelos presentes que assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

No decorrer da reunião, o Senhor Presidente concede a palavra, sucessivamente, aos Senhores Líderes e Presidentes de Associações convidados.

Nesta parte da reunião, comparece o Senhor Senador José Ignácio, Primeiro-Vice-Presidente, que manifesta sua concordância com as decisões adotadas pela Comissão Diretora em relação à pauta a ela submetida.

A seguir, às doze horas, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, pelo que eu, José Passos Pôrto, Diretor-Geral do Senado Federal e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 18 de março de 1988. — **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA

Presidente

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Lourenberg Nunes Rocha

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Carlos Chiarelli

Vice-Líderes

João Menezes

Edison Lobão

Marcondes Gadelha

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Roberto Campos

Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder

Antonio Farias

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Afonso Camargo

Vice-Líder

Carlos Alberto

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Cameiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho

Lavoisier Maia

PSB

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal 3497
Reuniões: Quartas-feiras, às 11.00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 3168.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Louremberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Cameiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Antonio Farias

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia L. Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Sala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70 160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a obra **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras**.

A publicação, em 3 volumes, apresenta os textos integrais e um índice temático comparativo das Constituições de 21 países.

Volume 1

BRASIL — ALEMANHA, República Federal da — ARGENTINA

CHILE — CHINA, República Popular de

CUBA — ESPANHA — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANÇA — GRÃ-BRETANHA — GUINÉ-BISSAU

Volume 2

ITÁLIA — JAPÃO — MÉXICO

PARAGUAI — PERU — PORTUGAL — SUÍÇA

URSS — URUGUAI — VENEZUELA

Volume 3

ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

Preço = Cz\$ 500,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF.
Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Regimentos das Assembleias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembleias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

**496 páginas
Preço: Cz\$ 150.00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição — 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações

532 páginas — Cz\$ 120,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

PUBLICAÇÕES PARA A CONSTITUINTE

- **Constituição da República Federativa do Brasil** — 10ª edição, 1986 — formato bolso. Texto constitucional vigente consolidado (Constituição de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais números 2, de 1972, a 27, de 1985) — Notas explicativas das alterações com as redações anteriores — minucioso índice temático. (Preço: Cz\$ 50,00)
- **Constituição da República Federativa do Brasil** — Quadro comparativo anotado: texto vigente — Constituição de 1967 — Constituição de 1946. Notas. Índice temático. 5ª edição, 1986. (Preço: Cz\$ 160,00)
- **Constituições do Brasil** (2 volumes — ed. 1986). 1º volume: textos das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Texto constitucional vigente consolidado. 2º volume: índice temático comparativo de todas as Constituições. (Preço: Cz\$ 300,00)
- **Constituição Federal e Constituições Estaduais** (textos atualizados, consolidados e anotados. Remissões à Constituição Federal. Índice temático comparativo). 4 volumes, com suplemento de 1986. (Preço: Cz\$ 200,00)
- **Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil** (Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal — edição: 1986) — Antecedentes históricos. Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes. Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967. Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos. (Preço: Cz\$ 150,00)
- **Leis Complementares à Constituição Federal** — números 1/67 a 54/86 (históricos) — 3 volumes, com suplemento de 1987. (Preço Cz\$ 300,00)
- **Anteprojeto Constitucional** — Quadro comparativo: Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — Texto constitucional vigente. Notas. Índice temático da Constituição vigente (edição 1986). (Preço: Cz\$ 100,00)
- **Leis Orgânicas dos Municípios** — 2ª edição — 1987. Textos atualizados e consolidados. Índice temático comparativo. 3 volumes. (Preço: Cz\$ 300,00)
- **Revista de Informação Legislativa** (Preço do exemplar: Cz\$ 150,00) (assinatura para 1988: Cz\$ 600,00)
- **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras** (com índice temático comparativo) — 3 volumes — ed. 1987 — Textos integrais e comparação das Constituições de 21 países (Preço da coleção: Cz\$ 500,00)
- **Constituições Estrangeiras** — série (com índice temático comparativo) (edição 1987)

Volume 1 — Alemanha (República Democrática); Bulgária; Hungria; Polônia; Romênia; Tchecoslováquia	Cz\$ 150,00
Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua	Cz\$ 100,00
Volume 3 — Angola; Cabo Verde; Moçambique; São Tomé e Príncipe	Cz\$ 150,00
Volume 4 — Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia	Cz\$ 150,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo 1, 22º andar — Praça dos Três Poderes.
CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Pedidos acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CZ\$ 6,00